



Sociologia da Educação

Texto: Prof. Mário de Souza Martins

Comentários: Prof. Gilson Mezarobba

Caros alunos

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa *Adobe Reader 11*.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto a barra inferior pode lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse pdf, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!

Índice

Apresentação

Caros Acadêmicos,

Este material foi desenvolvido com o objetivo de ajudá-los na compreensão da Disciplina Sociologia da Educação. O presente E-book é uma construção particular que parte do livro: Sociologia da Educação, do Professor Mário de Souza Martins. Para a confecção do E-book selecionamos dois capítulos desse livro. O Capítulo 1, “Clássicos do Pensamento Social” e o Capítulo 2, “Os Estudos Sociológicos em Educação no Brasil”.

Quando nós fomos colocados nesse mundo, à sociedade já existia, então naturalizamos qualquer relação social existente, até certa idade de nossas vidas o mundo parece harmônico, não existem problemas nele, porém só percebemos a aparência do real. Com o passar do tempo, vamos percebendo que o mundo tem conflito, protestos, greves, manifestações e o mundo inocente passa a ser questionado.

Sem um embasamento teórico, tudo o que refletimos pode cair no senso comum, ou seja, em explicações absurdas, muitas vezes cheias de preconceitos, fáceis de entender, pois não tem uma devida reflexão. A ciência surgiu para superar isso tudo. Por isso encontramos inúmeras ciências no mundo, cada uma delas tem suas especificidades. Para investigar os problemas que existem na sociedade, os homens criaram a Sociologia. Essa ciência é importante para a humanidade, pois ela investiga e elucida os padrões sociais e as transformações que acontecem na sociedade.

A sociedade é altamente desigual, encontramos divisões de classes, conflitos de gêneros, desavenças religiosas, preconceitos raciais, desacordos dentro do Estado e entre eles, diferentes visões de mundo, então podemos concluir que a humanidade é dividida, então, também pensa diferente, dessa forma o resultado de cada trabalho dos intelectuais pode ser distinto. Os sociólogos não são neutros e o seu trabalho também não é. Ele faz parte de um grupo social ou se engaja nele, dependendo do seu pensamento acaba indicando as mudanças que são necessárias.

É preciso ter clareza que o processo educativo não é um fenômeno isolado de toda a vida social, ele é resultado de correlações de forças econômicas, sociais, políticas e ideológicas existentes nos ambientes humanos. A educação é um tema estudado por muitos sociólogos que procuram debruçar sobre um assunto muito polêmico na contemporaneidade.

Com isso, esses estudiosos acabam criando conceitos próprios e precisos, eliminando as noções do senso comum que existem no cotidiano e na vida prática. Por isso não podemos abrir mão dessa ferramenta científica, sem conhecer a realidade cientificamente acabamos por reproduzir o cotidiano infinitamente.

Bons Estudos!

Prof. Gilson Mezarobba

Clássicos do pensamento social

Os autores clássicos da Sociologia, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber, fizeram seus estudos com o principal intuito de entender como se davam as relações entre o indivíduo e a sociedade, a partir do surgimento desta ciência. Entretanto, antes destes, foi Auguste Comte quem iniciou suas reflexões sociais. Pretende-se neste capítulo abordar as principais ideias destes autores.

1.1 Auguste Comte

Auguste Comte foi assistente de Saint-Simon, que havia pensado um sistema positivo comandado por uma elite intelectual e econômica (cientistas e industriais) que deveriam ser responsável pelo provimento das condições de vida da classe trabalhadora, comandado pelos conceitos de ordem, paz e progresso, para extinguir os conflitos entre as classes. Comte baseou sua obra nos ensinamentos de seu mestre, tornando-se um dos principais formuladores do **Positivismo**.

Foi Comte quem criou o termo Sociologia, colocando-a como sendo a ciência mais complexa e profunda. Dedicou-se aos estudos da filosofia positivista, considerada por ele como uma forma de religião. Não uma religião como aquela que dominou por séculos a sociedade europeia, mas no sentido de penetração no âmbito social. Nesse sentido foram criados espaços específicos, quase como uma igreja, para que os positivistas tivessem um local para se encontrarem.

Os positivistas não utilizavam metodologia específica para as ciências humanas, mas seguiam a mesma usada pelas ciências naturais, por isso Comte denominou inicialmente a Sociologia de Física Social. Durante um período em que as diversas Ciências se definiam, procurando seu objeto, a Sociologia era para Comte algo maior, como a ciência que funcionaria como unificadora de todas as ciências.

O pensamento Comtiano exerceu enorme influência sobre muitos autores, inclusive Durkheim, que se basearia nele para construir a Sociologia enquanto ciência e, depois como disciplina na universidade.

“Utopia Positivista e Instrução Pública no Brasil”, do autor João Carlos da Silva.

1.2 Émile Durkheim

Émile Durkheim, pensador francês, nascido em 1858, foi autor de várias obras, entre elas: Regras do Método Sociológico, Divisão Social do Trabalho e Suicídio. Durkheim é reconhecido pelo comprometimento em dar um caráter científico à Sociologia, emancipando-a como ciência independente e detentora de um rigoroso método próprio.

Desenvolveu seus estudos no final do século XIX e início do século XX, após o desenvolvimento do Positivismo, de Auguste Comte, que já havia traçado, de certa forma, algumas considerações científicas sobre o pensamento humano.

Neste contexto positivista, Durkheim desenvolveu sua Sociologia, buscando uma independência e emancipação científica, bem como a definição de objetos e métodos próprios, ainda não visíveis no pensamento de Comte. Para Cláudia Costa:

Embora Comte seja considerado o pai da Sociologia e tenha-lhe dado esse nome, Durkheim é apontado como um de seus primeiros grandes teóricos. Ele e seus colaboradores se esforçaram por emancipar a Sociologia das demais teorias sobre a sociedade e constituí-la como disciplina rigorosamente científica. Em livros e cursos, sua preocupação foi definir com precisão objeto, o método e as aplicações dessa nova ciência. (COSTA, 2005, p. 81).

Durkheim queria determinar com exatidão a Sociologia como ciência, estabelecendo seus princípios e limites e rompendo com as ideias de senso comum que se instalavam na sociedade.

Em sua linha de pensamento, Durkheim encontrava na realidade a justificativa da existência do mundo burguês. Ao construir sua teoria, elaborava a metodologia que deveria ser seguida para a pesquisa da realidade social, a qual a Sociologia deveria investigar, sendo esta disciplina ministrada na Universidade de Paris.

Baseando-se na ciência positivista, Durkheim pensou em sua metodologia com importância fundamental, devido à sua rigorosidade, propondo total afastamento, do investigador, do objeto de estudo.

Durkheim entendeu que, como o sociólogo pertence àquela sociedade que irá

investigar, ele deve chegar a uma análise o mais autêntica possível do fato social observado, buscando separar-se de todo preconceito, paixão ou desejo do próprio cientista. Deve afastar-se das opiniões e juízos de valor dos envolvidos com o fato social. Para realizar a pesquisa, o sociólogo necessita despir-se de todo o conhecimento e contexto anterior para poder investigar de forma neutra e não corromper o resultado da pesquisa. Para o autor, o sociólogo pode utilizar métodos objetivos como a observação, a descrição, a comparação e a estatística.

Ao definir o objeto da Sociologia, Durkheim cria uma série de conceitos que dão forma à teoria, com uma linguagem própria. Neste aspecto, elabora o conceito de fato social. O fato social torna-se o objeto da Sociologia, que o autor define:

É fato social toda a maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter. (DURKHEIM, 1977, p. 11).

Este conceito contém três elementos básicos para existir: coerção social, exterioridade em relação ao indivíduo e generalidade na sociedade dada.

A **coerção** é entendida como a força da ação da sociedade sobre os sujeitos, determinando a forma como se deve agir, ou seja, de acordo com os fatos sociais. As coerções segundo Durkheim podem ser legais e morais, sendo as primeiras prescritas em leis e as segundas compreendidas como regras estabelecidas pela sociedade, nas relações entre os indivíduos.

Não há dúvida de que esta coerção não se faz sentir, ou é muito pouco sentida quando com ela me conformo de bom grado, pois então se torna inútil. Mas não deixa de constituir caráter intrínseco de tais fatos, e a prova é que se afirma desde que tento resistir. Se experimento violar as leis do direito, elas reagem contra mim de maneira a impedir meu ato se ainda é tempo; com o fim de anulá-lo e restabelecê-lo em sua forma normal, se já se realizou e é reparável; ou então para que eu o expie se não há outra possibilidade de reparação. Mas, e em se tratando de máximas puramente morais? Nesse caso, a consciência pública, pela vigilância que exerce sobre a conduta dos cidadãos e pelas penas especiais que têm a seu dispor, reprime o ato que a ofende. (DURKHEIM, 1977, p. 02).

Nesse aspecto, fatos sociais são as instituições colocadas socialmente que devem ser satisfeitas pelos componentes da sociedade. Para o caso de uma desobediência por um de seus membros, a sociedade reage e define a penalidade que lhe cabe. As sanções legais são aquelas presentes nos códigos que regulam as relações entre estes sujeitos, enquanto as morais significam as reações negativas da sociedade frente a comportamentos que a ofendem, seja com relação a uma roupa ou a uma palavra não adequada numa determinada situação.

A segunda característica dos fatos sociais é a exterioridade aos indivíduos. Esta perspectiva afirma que os indivíduos, ao nascerem, encontram os fatos sociais (regras, costumes, leis, religião) já estabelecidos e transmitidos pelas instituições sociais, portanto, não há como negá-los e estes são admitidos por coerção social. Não há o poder de decisão às pessoas, o que foi entendido pela sociedade está tão fortemente estabelecido, que não há mais como questionar.

Ressalta-se que é neste elemento, a coerção, que Durkheim inclui sua concepção de homem. Ele analisa a sociedade mais forte que o indivíduo, e por isso acaba por ceder a essa força, aceitando as obrigações impostas por ela. Como ele mesmo afirma:

Toda educação consiste num esforço contínuo para impor às crianças maneiras de ver, de sentir e de agir às quais elas não chegariam espontaneamente, observação que salta aos olhos todas as vezes que os fatos são encarados tais quais são e tais quais sempre foram. Desde os primeiros tempos de vida, são as crianças forçadas a comer, beber, dormir em horas regulares; são constrangidas a terem hábitos higiênicos, a serem calmas e obedientes; mais tarde, obrigamo-las a aprender a pensar nos demais, a respeitar usos e conveniências, forçamo-las ao trabalho, etc., etc. (DURKHEIM, 1977, p.05).

A terceira característica é a generalidade. Os atos coletivos devem se diferenciar dos atos individuais. São os atos coletivos que caracterizam as sociedades devido ao sentido de coletividade em função da consciência que regula as relações na sociedade. É preciso que se observe os fatos que se repetem numa determinada sociedade e que por isso se encontram em todos os indivíduos ou, pelo menos, na maioria deles. Como Durkheim afirma:

[...] um fenômeno não pode ser coletivo se não for comum a todos os membros da sociedade ou, pelo menos, à maior parte deles; se não for

geral, portanto. Sem dúvida; mas se ele é geral, é porque é coletivo (isto é, mais ou menos obrigatório), e está bem longe de ser coletivo por ser geral. Constitui um estado do grupo que se repete nos indivíduos porque se impõe a eles. Está bem longe de existir no todo devido ao fato de existir nas partes, mas ao contrário existe nas partes todas porque existe no todo. (Durkheim, 1977, p.07)

Durkheim objetiva compreender a sociedade e sua coesão. Partindo de seu entendimento que visualiza as Ciências Naturais, o autor compara a sociedade a um organismo vivo, mais exatamente a um corpo humano, que pode apresentar estados considerados normais ou patológicos, numa metáfora com um organismo biológico, estados saudáveis ou doentios.

Validando seu método, Durkheim protege suas pesquisas de critérios subjetivos, pois para ele a objetividade na classificação dos fatos sociais, é fundamental para que se chegue a um resultado da maior rigorosidade científica. Esse critério é a generalidade do fato social, que pode ser denominado como a garantia de normalidade no alcance em que concebe o **consenso social**.

Chamaremos normais aos fatos que apresentam as formas mais gerais e daremos aos outros o nome de mórbidos ou de patológicos. Se convencionarmos chamar tipo médio ao ser esquemático que resultaria da reunião num todo, numa espécie de individualidade abstrata, das características mais frequentes, poder-se-á dizer que o tipo normal se confunde com o tipo médio, e que qualquer desvio em relação a este padrão da saúde é um fenômeno mórbido. (DURKHEIM, 1977, p. 48).

Assim, a diferença entre generalidade e normalidade do fato social deverá ser mensurada dependendo da sociedade que se está pesquisando, haja visto que cada uma possui um tipo médio e a saúde que lhe é peculiar, em um determinado momento, que é histórico, pois as sociedades vivem diversas fases. Desta forma, uma prática tem que ser analisada de acordo com a contemporaneidade em que ela se apresenta.

É preciso renunciar ao hábito, ainda demasiado corrente, de avaliar uma instituição, uma prática, uma máxima social ou moral, como se fossem boas ou más em si e por si, para todos os tipos sociais indistintamente. (DURKHEIM, 1977, p. 49).

“Coerção e consenso na política” do pensador brasileiro Jacob Gorender

Durkheim rompe com o argumento de que todas as sociedades devem ter ações análogas, referindo-se às questões culturais que definem aquilo que deverá se constituir enquanto prática social, porém as fases diferentes representam os momentos vividos por cada sociedade, como uma trajetória.

Este caminho poderia ser visto como o destino que estaria traçado, e as sociedades iriam se diferenciar apenas momentaneamente, devido às fases diversas vividas por elas, que um dia iriam se igualar, na medida em que o capitalismo se impusesse mundialmente. O poder da ciência dominaria o mundo, expor isso, ele evoluiria.

Um fato social não pode, pois ser acoimado de normal para uma espécie social determinada, senão em relação com uma fase, igualmente determinada, de seu desenvolvimento; por conseguinte, para saber se é possível lhe dar tal denominação, não basta observar sob que forma se apresenta na generalidade das sociedades que pertencem a esta espécie, é preciso ainda ter o cuidado de considerá-lo na fase correspondente de evolução da mesma. (DURKHEIM, 1977, p. 49).

Esta seria a expressão de Durkheim para os momentos vividos em cada sociedade como sendo fases a serem superadas no momento oportuno, definidas por ela mesma, ou ainda, pelas relações sociais.

Durkheim desenvolveu conceitos importantes em sua teoria, os quais veremos a seguir.

1.2.1 A Anomia na Sociedade

Para Durkheim, a generalidade do fato social é sua unanimidade. Ela indica o consenso, a coesão social, a vontade coletiva, o acordo do grupo, a mesma intenção e a mesma ideia sobre determinada questão. Nesse aspecto a saúde de uma sociedade pode ser avaliada pela coesão social, pelo consenso e pela unanimidade na escolha da solução em relação a determinado fato social, enquanto que a doença social pode ser medida em função do dissenso e do abalo da harmonia social diante de um fato social. A isto Durkheim denominou anomia.

Durkheim afirma que os fatos patológicos são analisados como passageiros e excepcionais, por imperar na sociedade a harmonia social, e os movimentos são entendidos como momentos efêmeros. Nesta linguagem se observa a influência das

Ciências Naturais.

Para o autor, então, seria o papel da Sociologia identificar qual o órgão da sociedade que se encontra doente, para que ela procure curar essa doença. Se ele pensa em alguns momentos em um todo social, esse todo se refere, na realidade, ao elemento doente.

Para Durkheim, se pode isolar os elementos que compõem a sociedade e tratá-los como se fossem um órgão do corpo humano que estivesse doente. Esse órgão corresponderia ao todo afirmado pelo autor, e não o todo enquanto conjunto de todas as instituições sociais.

1.2.2 A Consciência Coletiva

Acreditando que os fatos sociais apresentam vida própria, independente dos pensamentos e ações individuais dos membros da sociedade, passando de geração em geração em geração, Durkheim não nega a existência de uma consciência individual, mas entende que esta se confunde com o que ele denomina consciência coletiva. O autor acredita que mesmo para cada indivíduo, que tem seus pensamentos próprios, a sociedade é determinante no estabelecimento de padrões de conduta e de pensamento. Assim, esclarece:

O conjunto de crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um padrão de comportamento. Um sistema determinado que tem sua vida própria; poderemos chamá-lo: a consciência coletiva ou comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; é, por definição, difusa em toda a extensão da sociedade; mas não deixa de ter caracteres específicos que fazem dela uma realidade distinta. Com efeito, é independente das condições particulares em que os indivíduos estão colocados; eles passam, ela permanece. Essa consciência não se basearia nos indivíduos e grupos sociais, tampouco seria o simples produto das consciências individuais, mas algo completamente diverso. (DURKHEIM, 1977, p. 98).

Para Durkheim, a consciência coletiva seria o tipo psíquico da sociedade, que não muda por meio das gerações, mas que agrega uma geração à outra. A consciência coletiva compreende a moral da sociedade, com capacidade para julgar e validar os atos dos indivíduos, rotulando-os de imorais, reprováveis ou criminosos. É por

seu intermédio que se pode avaliar os valores e normas sociais, por ter a consciência coletiva um poder de coação que vai variar dependendo do grau de desenvolvimento das sociedades, exposto pelo tipo de solidariedade na sociedade.

1.2.3 Solidariedade Mecânica e Solidariedade Orgânica

O trabalho na sociedade capitalista produz a solidariedade entre os indivíduos e para Durkheim existem dois tipos de solidariedade: a mecânica e a orgânica. A solidariedade mecânica define-se numa forma típica das sociedades arcaicas pré-capitalistas, constituindo uma solidariedade por semelhanças, pois os sujeitos diferem pouco uns dos outros e acabam se identificando por intermédio de suas famílias, religiões, tradições e costumes. Os membros que participam desta sociedade são fortemente influenciados pela consciência coletiva, perdendo mesmo a personalidade e a individualidade, que se torna um instrumento de coação, logo, de coesão social.

O primeiro tipo só pode ser forte na medida em que as ideias e as tendências comuns a todos os membros da sociedade ultrapassam em número e intensidade as que pertencem pessoalmente a cada um deles. A solidariedade é maior na medida em que esse excedente seja mais considerável. Ora, o que faz nossa personalidade é isto que cada um de nós temos de próprio e de característico, o que nos distingue dos outros. Esta solidariedade só se intensifica pois na razão inversa da personalidade. (DURKHEIM, 1978, p. 82).

Entende-se assim que a consciência individual é dependente da consciência coletiva, por seguir seus moldes. A sociedade por meio de seus valores, normas e tradições, é mais forte do que o indivíduo, submetendo-o ao seu poder; portanto, cada sujeito tem uma consciência individual fraca. Nas sociedades arcaicas, pré-capitalistas, onde não há uma divisão social do trabalho tão desenvolvida, é a solidariedade mecânica que mantém a coesão social, em virtude da predominância absoluta da consciência coletiva sobre a consciência individual.

A solidariedade orgânica é característica das sociedades capitalistas que, devido à grande divisão social do trabalho, denotam maior dependência entre os indivíduos. Cada um produz uma parte do que é necessário para a produção social, tornando-se, assim, dependente do trabalho do

outro. Nessas sociedades é que se desenvolve o individualismo, pois são nas relações dominantes no processo produtivo que refletem as relações sociais. Na fábrica, o indivíduo se perde com um número imenso de trabalhadores e uma divisão do trabalho fragmentada, interferindo na forma como os indivíduos irão se relacionar socialmente.

Observa-se também que a coesão social pode ser obtida por intermédio da divisão social do trabalho, caracterizada por uma especialização profissional. Para o autor quanto maior a especialização das instituições, mais dependentes se tornam umas das outras, para garantir sua unidade. A designação de orgânica deve-se a uma relação que Durkheim estabelece com o organismo dos animais superiores, portanto ele usa uma linguagem de acordo com o método positivista que não diferencia as ciências sociais das ciências naturais. Durkheim afirma:

A solidariedade produzida pela divisão do trabalho é totalmente diferente. Enquanto a precedente implica que os indivíduos se pareçam, esta supõe que eles diferem uns dos outros. A primeira só é possível na medida em que a personalidade individual seja absorvida pela personalidade coletiva; a segunda só é possível se cada um tiver uma esfera própria de ação e, conseqüentemente, uma personalidade. (DURKHEIM, 1978, p. 83).

Dependendo das categorias de desenvolvimento, a solidariedade, tanto a mecânica quanto a orgânica, vai colaborar para o maior ou menor poder de coesão da consciência coletiva na sociedade, na forma em que ela estabelece uma relação visceral com a configuração de solidariedade predominante.

A solidariedade é um conceito durkheiminiano que está unido à consciência coletiva, na medida em que o seu poder pode ser maior ou menor, enquanto a anomia se configura como ausência de uma coesão social.

As regras, os valores e as tradições encontram-se em processo de mudança. Durkheim atribui tais mudanças ao momento de transformação provocado pela Revolução Industrial.

Na verdade, Durkheim atribui à divisão do trabalho na sociedade capitalista a causa para a situação de anomia. Como é a partir do trabalho que a sociedade vai se organizar, será a divisão do trabalho no domínio do capital que vai gerar a falta de

valores e de regras que regulem a vida em sociedade. Essa crítica também será feita por Marx, na medida em que o trabalhador fará somente uma parte do trabalho e não terá uma visão da totalidade daquilo que produz.

A teoria durkheiminiana tem afinidades com corporações existentes no final do sistema feudal, onde determinadas profissões se agrupavam num mesmo local para produzir, cada uma o seu produto. Entretanto, compreende que não há mais como retornar a este sistema e a saída seria a construção de uma nova moral, que regulasse as relações na sociedade. Essa moral seria decorrência das relações de trabalho que necessitariam ser repensadas para que o social novamente se tornasse saudável. Novamente, a linguagem é tirada das ciências naturais para explicar o fenômeno social.

IMPORTANTE:

Para Durkheim o objeto da Sociologia era chamado de fato social e seu estudo dependia da metodologia que corresponde aos elementos que devem ser considerados no levantamento de dados ou na sua observação.

Assim:

- Baseando-se no Positivismo, o método utilizado pelas ciências sociais era muito próximo do usado pelas ciências naturais.
- Exigia-se neutralidade do pesquisador, que deveria trancar-se neutro diante do fato social a ser investigado.
- Havia, para Durkheim, certo privilégio na objetividade do fato social, além do olhar da sociedade.
- Neste método privilegia-se a principalmente a pesquisa quantitativa e, logicamente, a estatística como instrumento de auxílio ao pesquisador
- Diferencia-se a ciência das manifestações individuais.
- O fato social precisa conter três elementos básicos para existir: coerção social,

exterioridade em relação ao indivíduo e generalidade na sociedade dada.

- São conceitos importantes de Durkheim: anomia na sociedade, consciência coletiva, solidariedade mecânica e solidariedade orgânica.

1.3 Karl Marx

Os textos de Marx apresentam uma abrangência que podem ser utilizados em diversas áreas da Ciências Humanas. Uma característica em seus textos é mostrar a sociedade em sua totalidade e não somente partes do que ela representa.

Karl Marx nasceu em Trier, na Alemanha, em 1818 e faleceu em Londres em 1883. Esteve envolvido com diversos jornais na Alemanha, em Paris e depois em Londres. Fez doutorado em Filosofia em Berlim, quando defendeu, em 1841, uma tese sobre a diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e de Epicuro. Neste momento estudou Hegel e se tornou hegeliano até 1843. Devido à repressão que dominou a Prússia em 1841, tornou-se jornalista, pois foi impossibilitado de tornar-se professor. Foi quando atuava como redator-chefe do Jornal Renano que percebeu que o mestre Hegel tinha uma concepção equivocada a respeito de um ponto crucial: o Estado.

Em 1844 inicia com Friedrich Engels uma amizade que durará toda a vida. Ainda em 1844, Marx casou-se e, instalado em Paris, dirigiu uma revista que estava prestes a dissipar-se. É expulso da França e passa a residir em Bruxelas. Após o início da Revolução Francesa, Marx edita, junto com Engels, o folheto O manifesto Comunista. Após ter participado de diversos movimentos revolucionários na Europa e após a expulsão de Paris, Marx se instala em Londres, dedicando-se, então, a escrever suas obras, com auxílio financeiro de Engels.

Marx defendia o materialismo dialético, anteriormente proposto por Feuerbach, que criticava a teoria hegeliana por mostrar-se revolucionária, mas que se revelava muito conservadora. Para Feuerbach, atento que era ao fenômeno religioso, refletia sobre o poder que a religião exercia sobre o ser humano, afirmava que não se tratava de uma força que vinha do céu para a terra, mas ao contrário, ela tinha proveniência do próprio homem. A visão tradicional desenvolvida pela religião de que Deus criou o homem, Feuerbach dizia que foi o homem quem criou Deus à sua imagem

e semelhança. Para Feuerbach ao criar Deus, este se humanizou por ser o próprio homem, e a religião adquiriu uma humanidade, abandonando o caráter sagrado imposto pela sociedade.

Apesar de Marx inicialmente ser influenciado pelo pensamento hegeliano, entendeu a limitação dessa teoria. Abandona a teoria hegeliana, mas não a dialética, que permanece elemento metodológico de suas reflexões. A questão fundamental que difere os dois teóricos se relacionada à elaboração do pensamento social. Enquanto Hegel afirmava o domínio da consciência sobre a realidade, Marx segue o caminho contrário e percebe que a realidade é o fundamento de toda consciência e estabelece o pensamento do indivíduo.

Assim como Feuerbach, Marx baseia-se em Hegel ao sustentar a dialética como componente presente em sua metodologia, contudo renuncia ao idealismo como elemento de sua reflexão. Para ele o real não concebe o desenvolvimento da razão, mas, ao contrário, a razão significa um produto do real, das relações sociais.

A dialética para Marx é pensamento e realidade a um só tempo, a matéria e seu conteúdo histórico que determinam afinal uma contradição externa, como algo externo ao objeto, mas há uma unidade na contradição mostrada pelo real, a partir da qual se elabora a identidade do objeto. A dialética mostra a relação, a familiaridade existente entre os elementos contraditórios, que podem ser idênticos, se interpenetram, fazendo com que a realidade não se torne estática, engessada, mas se transforme em algo vivo, em uma relação permanente de troca entre real e objeto.

Foi Marx quem pensou o trabalho mais próximo dos trabalhadores, dos quais se aproximou, participando de organizações clandestinas de operários rebeldes. Neste contato percebeu a importância do trabalho para o homem e que isso o distinguia das demais atividades realizadas pelas espécies animais.

O trabalho é a única atividade em que se estabelece uma relação entre sujeito e objeto. Não preexistiu ao homem e nem poderia ser conhecido antes dele porque o homem se expressa nele, sendo um sujeito ativo, que transforma, se modifica, se supera e, do qual, apenas podemos nos aproximar por intermédio do que produz. O homem expressa a sua capacidade ao interagir com aquilo que produz.

.....

É através do trabalho que o homem cria a si mesmo enquanto ser, usando a sua criatividade. Essa capacidade criadora ele utiliza na transformação da natureza, que ele altera, e ao transformá-la, também muda, ao ter adquirido um conhecimento, produto daquilo que ele modificou na natureza. É uma relação de permanente troca entre o homem e a natureza, numa dialética entre o real e a consciência. Daí a práxis, que é uma prática consciente do homem sobre o mundo.

Analisando o trabalho, Marx entendeu que o capitalismo não admitia ao homem viver todas os seus potenciais, haja visto a transformação de todas as atividades humanas em mercadoria. Vale ressaltar que aquilo que era produzido pelo homem, inclusive a sua força de trabalho, foi o único bem que restou ao homem/proletariado para vender no mercado, logo, tornou-se mercadoria.

Nessa perspectiva, critica os economistas liberais de seu tempo que infligiam a movimentação do mercado ou o aumento de preços à exploração do trabalho.

Para Marx, a assimilação do trabalho se dá dentro do processo produtivo.

[...] o trabalhador não tem o que vender para sobreviver, a não ser a sua força de trabalho. Portanto, é forçado pela fome, ou mesmo pela repressão organizada, a concordar com o salário que os patrões propõem. No espaço de um dia, de uma semana ou de um mês de trabalho, o trabalhador

produz muito mais do que o seu salário, e essa diferença – entre o valor do que produz e o valor de seu salário -chamada mais-valia, é apropriada pela classe capitalista e é a substância de toda a sua riqueza. (CATANI, 2004, p. 31).

A forma utilizada para esta exploração é a chamada mais-valia, processo pelo qual o capitalista se apropria do trabalho do trabalhador, ou seja, o trabalho que ele realiza em excesso à sua remuneração, e desta forma produz a riqueza, o capital. Marx acreditava que existiam duas formas da mais-valia se expressar. Catani salienta: "Para Marx, o aumento da mais-valia é possível graças a dois processos fundamentais: o prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) e a redução do tempo de trabalho necessário (mais-valia relativa)". (CATANI, 2004, p. 33)

É necessário entender que uma sociedade fundamentada na produção de mercadorias possui como especialidade fundamental a propriedade privada, divisão social do trabalho e troca. Para que o trabalhador venda a sua força de trabalho e produza algo, deve existir alguém que esteja interessado na compra dessa mão de obra e na produção da mercadoria. Desta forma, existe um grupo detentor do capital, que investe na produção organizando a infraestrutura para produzir bens e remunerar a mão de obra, detendo a propriedade privada.

Como não há possibilidade de cada ser humano produzir sozinho todo o necessário para sua sobrevivência, cada um realiza uma atividade, e o trabalho se divide. Esta divisão do trabalho se apresenta como outra característica do modo de produção capitalista. Neste processo, a troca se coloca como instrumento essencial em que cada um permuta o seu produto por outro, fazendo com que a sociabilidade se construa a partir dela.

Os produtos de diferentes trabalhos privados têm de ser, na sociedade capitalista, trocados. A troca é condição necessária de subsistência de todos na sociedade, e esse produto a ser trocado, resultado do trabalho, denomina-se mercadoria. Assim, um produto do trabalho só se torna mercadoria num quadro de condições sociais em que imperem a propriedade privada, a divisão social do trabalho e a troca, não podendo ser considerado como tal caso não se verifiquem essas três condições. (CATANI, 2004, p. 17).

Para Marx, o trabalho deveria libertar o homem e não aprisioná-lo. Ele percebeu que o processo produtivo contribui ainda mais para que a consciência do homem se aliene, já que neste sistema o trabalhador produz somente uma parte do produto. Ele não tem como visualizar a totalidade do que está produzindo e, portanto, não se reconhece naquilo que faz, ou seja, o indivíduo não tem contato com o produto final. Considerando que é no processo de trabalho que o homem elabora a sua consciência e que o seu trabalho é fragmentado, a sua consciência também o será.

A totalidade das relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser que determina a sua consciência. (MARX apud ANDERY, 1999, p.400).

Nesta fragmentação da consciência do trabalhador em sua prática, onde se dá a sua alienação, é sobreposto o fenômeno ideológico, transmitido pelas instituições sociais em favor das classes dominantes, como família, igreja, mídia, e outros que fazem a mediação entre a realidade e a consciência, onde a consciência do trabalhador não corresponde ao seu mundo real. Nesses aspectos, pontua-se:

A alienação é um conceito usado por Marx para explicar a relação dos homens entre si e dos homens com o produto do seu trabalho – uma relação de “estranhamento” – a partir do estabelecimento da propriedade privada. Sobre isto Marx afirma: essa propriedade privada material, imediatamente sensível é a expressão material e sensível da vida alienada [...] a superação positiva da propriedade privada como apropriação da vida humana é por isso a superação positiva da alienação. (ANDERY, 1999, p.408).

Diante disso, o trabalhador passa a proteger os valores e as normas dos grupos dominantes, pois não consegue articular sua consciência nem a sua prática social. Para Marx, ideologia é a consciência falsa, determinada para evitar que exista uma conexão entre consciência e prática, o que daria ao trabalhador a consciência real de sua exploração e, por conseguinte, do processo de dominação a que está submetido. Nesse pensamento, Marx coloca o fetichismo da mercadoria, que ocorre quando toda a produção social depositada no mercado age como se tivesse vida própria, perdendo sua característica de objeto e assumindo uma existência separada de seu criador.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, no simples fato de que ela reflete aos homens as características pessoais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas [...] os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria [...] a isso chamo de fetichismo que adere aos produtos de trabalho tão logo produzidos como mercadorias ,que, por isso é inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 2005, p.17).

Marx viu no operário a possibilidade de emancipação, dele desenvolver uma práxis revolucionária, tornando-se agente de transformação, não só de sua posição enquanto explorado pelo sistema, mas também do todo social. Para que isso ocorra, o proletário necessitaria se preparar para entender o desenvolvimento do capitalismo e as amarras que o atam a esse sistema, portanto, era necessário que ele compreendesse seu papel através da aquisição de conhecimento teórico.

Ao analisar o sistema capitalista, percebeu que o elemento principal que move a sociedade é o conflito entre as duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado. Portanto, é este conflito o objeto a que a Sociologia deveria se deter para ter a compreensão da sociedade. Contrariamente ao positivismo, Marx acredita que a objetividade não mostra o significado real do objeto, portanto, deve-se olhar em que contexto o objeto está inserido e o que ele apresenta por trás de si.

Nestes aspectos, considerando que a discussão entre a relação indivíduo/ sociedade só haveria mediante a análise de vários fatores e, mais especificadamente por intermédio do modo de produção, é que se poderia entender a organização da sociedade. Para Marx, o modo de produção significa a forma como os homens se reúnem para se organizar dentro da sociedade e produzir a sua sobrevivência.

Para apreender melhor como se forma a sociedade capitalista, Marx (2005) criou um artifício que auxilia na compreensão da arquitetura da sociedade capitalista. Ele criou a metáfora de um edifício onde se observa a existência de uma infraestrutura e de uma superestrutura:

- A infraestrutura é a base do edifício e inclui todas as atividades econômicas da sociedade. É na infraestrutura da sociedade, que está presente o componente fundamental de qualquer organização humana, que é o trabalho, é aquele

elemento determinante para as relações sociais, aliás é a partir dele que essas se elaboram. Mais uma vez: as relações sociais são organicamente ligadas às relações de trabalho. É a partir do trabalho que o homem organiza as suas relações em sociedade.

- A superestrutura é responsável pela formulação do pensamento social, ou seja, é nela que se constituem as instituições que darão sustentação ideológica às relações existentes na sociedade. As instituições sociais teriam, então, o objetivo de explicar e justificar as relações existentes na infraestrutura social. Mas isso é um processo vivido pela sociedade, onde todas as instituições são colocadas em questão e a reflexão sobre as relações sociais vai permitindo que as portas se abram para as mudanças no comportamento social.

Neste sentido, as instituições existentes na superestrutura da sociedade produzem o pensamento que vai determinar a consciência de uma sociedade. Mas esse pensamento é produto das relações sociais que se dão na relação entre infra e superestrutura. Para que uma prática social se mantenha, se estabeleça socialmente, ela necessita de uma justificativa, caso contrário ela não se efetivará. A permanência das relações entre os homens está articulada a um pensamento que justifica a sua existência.

Então, na superestrutura se encontram as instituições responsáveis pela formulação do pensamento social, e esse pensamento tem a função de explicar as relações sociais existentes e, mais precisamente de justificá-las. Essas instituições são a família, a escola, a igreja, a mídia e outras.

IMPORTANTE:

A metodologia corresponde àquelas informações que devem ser consideradas no levantamento de dados ou na observação daquilo que Marx denomina classes sociais, o objeto da Sociologia.

Assim:

- Marx usa o método dialético como instrumento para entender a realidade social.

*“Ideologia, Educação e Emancipação Humana em Marx, Lukács e Mészáros”,
da autora Maria Teresa Buonomo de
Pinho*

- O autor utiliza uma metáfora, a infra e a superestrutura, para explicar a organização da sociedade.
- Considera que na infraestrutura estão as relações econômicas determinantes na sociedade.
- Considera que na superestrutura estão as instituições responsáveis pela elaboração do pensamento social, que justificam as relações existentes na infraestrutura.
- Para Marx, a realidade não é aquilo que vemos num primeiro momento, a objetividade, como quer o positivismo, não é a aparência que mostra o objeto, mas o que ele esconde.
- Não existe neutralidade na pesquisa, o autor salienta o envolvimento entre o objeto e o pesquisador.
- Alguns conceitos importantes em Marx: mais valia, mercadoria, modo de produção, burguesia e proletariado.

1.4 Max Weber

Max Weber nasceu em Erfurt, em 1864, e faleceu em Monique em 1920. Fazia parte da alta classe média, o que propiciou desde seu nascimento uma atmosfera intelectualmente estimulante. Primogênito de oito filhos, seu pai era protestante e a mãe calvinista. Seu pai era um conhecido advogado, político liberal e funcionário público. A esposa, Marianne Weber, biógrafa de Weber, foi uma das alunas pioneiras da universidade alemã e integrava grupos feministas de seu tempo.

Weber formou-se em Direito na Universidade de Heidelberg em 1882, onde seu pai havia estudado, frequentando os cursos de Economia Política, História e Teologia. Transferiu-se para a Universidade de Berlim, onde, em 1889, obteve o doutorado em Direito e em 1891, a tese de habilitação, ambos com escritos de história do Direito e, da Economia. Foi professor nas Universidades de Freiburg, Heidelberg, Berlim e Viena. Em 1903 renunciou ao cargo de Professor e aceitou uma posição como diretor-associado do recém-nascido Archiv für und Sozialwissenschaft (Arquivos de Ciências

Sociais e Política Social).

É considerado um dos fundadores do estudo moderno da Sociologia, mas sua atuação influenciou vários outros campos do saber, como a Filosofia, o Direito, a Ciência Política e a Administração. A formação intelectual de Weber foi excelente, desde as universidades que frequentou, mas também no ambiente doméstico, que o estimulou. A sua Sociologia é extremamente elaborada e nem sempre acessível a todos. A teoria weberiana é, na contemporaneidade, amplamente difundida, pois é por meio dela que se desenvolveram os estudos culturais.

Como os demais sociólogos, ao mesmo tempo em que formulou sua teoria, ele desenvolveu seu método de apreensão da realidade social. Para ele, a ciência tem por objetivo indagar ao real e, a Sociologia, a realidade social, e, para investigar este aspecto, torna-se premente a elaboração de uma metodologia adequada.

Vale ressaltar que as reflexões weberianas são estabelecidas em um período de grandes alterações da Alemanha que podem ser resumidas em três momentos: unificação política; consumação da transição do feudalismo ao capitalismo e imersão na disputa imperialista entre as nações.

Essas informações apresentaram questionamentos que serviram a Weber em sua reflexão sobre as sociedades.

O método weberiano apresenta-se bastante aberto em relação ao desenvolvimento das ciências. Este autor não se coloca como formulador de uma ciência única, capaz de explicar todos os fenômenos da sociedade, como Marx e Durkheim. Ao contrário, Weber considerava que seu pensamento teórico era apenas uma entre outras ciências e, por isso, poderia chegar a uma neutralidade. De acordo com o cientista, ao usar um quadro teórico para explicar seu objeto, chega ele a uma neutralidade científica.

Assim, Weber foge à ideia de que a sua ciência é aquela que poderia resolver os problemas da humanidade, pois a visualiza apenas como mais uma contribuição ao pensamento humano. Seguindo o pensamento weberiano, cada ciência terá uma verdade e, portanto, pode-se chegar a diversas verdades e, então, cabe ao indivíduo na sociedade encontrar a sua própria, a partir daquelas apresentadas pelos diversos quadros teóricos.

Essa visão de Weber, contudo, não extingue a sua inquietação pela objetividade do conhecimento da realidade humana. Ao lidar com a construção da Sociologia preocupava-se com a relação entre a análise científica e os valores daquele que a realiza. O pesquisador deve partir de algo que deriva dos seus próprios valores. Podemos, então, concluir que o ponto de partida da análise científica, tanto de caráter histórico quanto sociológico, nunca é neutro; logo, possui um aspecto subjetivo que é fundamental para a seleção do objeto, mas esse seria o único momento em que os valores e ideias do pesquisador podem influenciar a pesquisa, que devem ser excluídos a partir do instante em que o pesquisador iniciar a análise do objeto.

Na visão weberiana, essa seria a segurança, de objetividade para se chegar ao entendimento de qualquer fenômeno social. Isso significa a neutralidade axiológica, que é aquela relativa aos valores. Na análise, o quadro teórico do pesquisador deve dominar suas explicações sociológicas. O conhecimento empírico é outro elemento fundamental para que o pesquisador alcance a objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. O pesquisador não poderá declarar a solução para um impasse em determinada população, essa é uma questão que não cabe a um estudo científico responder.

Weber se nega a incluir as Ciências Sociais no quadro teórico das Ciências Naturais, como faz o Positivismo, por entender que Ciências Humanas têm sua particularidade e, portanto, não devem usar os mesmos métodos das Ciências Naturais. A Ciência Social tem seu espaço próprio na realidade e é a partir dela que devemos investigar os fenômenos sociais.

Entretanto, toma cada sujeito como atuante fundamental e único na ação dentro social, ou seja, a partir de cada discurso, de cada compreensão do vivido que o sociólogo deve ter o ponto de partida para sua pesquisa sociológica. Para Weber, cada indivíduo, ao vivenciar uma situação, escolhe a melhor opção para aquele momento. Diante disso, se torna responsável por suas escolhas, evadindo-se da ideia de passividade do objeto que é incentivada pelo Positivismo.

Desenvolveu em sua teoria conceitos importante como o desencantamento do mundo e a Sociologia compreensiva.

1.4.1 A Ciência e o Desencantamento do Mundo

Ao se considerar cada essência como uma realidade autônoma, desaparece o coletivo, e a realidade passa a ser relativizada por existirem várias maneiras de a compreender, logo, como seria possível chegar a uma compreensão mais próxima do real? Ao entender a existência de várias verdades e não se aceitar uma verdade única como capaz de avaliar o processo científico, não se observa mais a ciência com tanta legitimidade.

No entanto, isso significa que a ciência perdeu seu status de elemento fundamental dentro da sociedade e de explicação dos fenômenos, sejam eles naturais ou sociais. Entretanto, é neste momento que Weber passa a questionar a validade real da ciência para o homem, questionando se suas respostas realmente estão ajudando-o a resolver seus problemas.

O que Weber coloca é que, ao invés de resolver, a ciência cria novos problemas ao estar sempre desvendando tudo. Assim, o homem adquire certa inquietação, pois visualiza sua realidade de forma incompleta. Segundo o autor, no período anterior ao capitalismo o indivíduo tinha uma percepção de completude ao morrer, pois já havia realizado muitas coisas. O homem moderno, ao contrário, está sempre almejando novas descobertas científicas que devem resolver problemas da sociedade, sentindo dessa forma que sempre há algo a resolver.

Quando o homem tem acesso a tamanha tecnologia, é capaz de resolver todos os problemas e sempre estar buscando futuros resultados. A percepção que se assume é de que não existem mais mistérios, não existem mais dúvidas como outrora. Ao desaparecerem todas as perguntas, ocorre o que Weber denomina de desencantamento do mundo, ou secularização, sendo que este fenômeno não dá ao homem a tranquilidade que ele necessita para o seu cotidiano.

Podemos atribuir a Weber um pessimismo com relação ao futuro da sociedade capitalista, dominado pela ciência, daí o autor discute a racionalidade, que no seu entender, é como que uma coerência lógica com um fim estabelecido presente na atividade humana. Para ele, a racionalidade está presente em todas as atividades humanas, envolvendo a todos, pois há um padrão de conduta que realiza a adequação entre os meios necessários para um objetivo determinado. Muitos desses

posicionamentos são determinados pelo Estado, que guia socialmente indicando caminhos para se atingir determinados objetivos.

Para Weber, o objeto de estudo da Sociologia é ação social, que trata da interação entre dois ou mais indivíduos na sociedade, sendo que estes agem tendo sempre o outro por referência. Em outras palavras, para que seja uma ação social, torna-se necessário ser uma ação compartilhada com outra pessoa, com uma perspectiva de comunicação ou de influência sobre o outro.

Assim, o sociólogo deve compreender a relação de sentido que a ação social apresenta. Nesse aspecto se constata a sofisticação da teoria weberiana, que visualiza o pesquisador com a necessidade de conhecer o fenômeno social e extrair o conteúdo que cada indivíduo atribui a suas ações, e então encontrar o sentido da ação. Nessa perspectiva, a Sociologia tem por função interpretar o significado da ação social, observando todo o percurso da ação, desde seu início até as consequências sociais por ela determinadas. Não se pode conceber um elemento independente da realidade que o originou; portanto, deve-se considerar a história em que está envolvido. Por isto, alguns autores intituam Weber como historicista.

A função do sociólogo seria interpretar a realidade vivida pelos indivíduos na sociedade, significando sua ação. Para que o sociólogo apenas descreva o ato realizado por um indivíduo, é necessário o que Weber vai chamar de tipos ideais, que são conceitos criados pelo autor a partir da realidade social, que o auxiliam a selecionar ou a dar relevância aos aspectos mais importantes para compreender a ação social.

1.4.2 Sociologia Compreensiva

Weber chama a sua Sociologia de compreensiva por dois motivos. Primeiro porque considera que a mesma tem por função perceber a ação do indivíduo na sociedade e por ser o pesquisador também um indivíduo que pode entender o seu objeto, fato único nas ciências. E, segundo, quanto ao papel do sociólogo, que busca compreender o que levou o sujeito a escolher aquela e não outra opção. Nesse sentido, o indivíduo deve ser questionado pelo sociólogo sobre a sua opção.

Tal abordagem do problema significa que é preciso compreendê-lo como fato

carregado de sentido, que ao ser exposto assinala para outros casos e em função deles poderia ser conhecido em toda a sua intensidade.

O método compreensivo objetiva entender o conteúdo das ações de um indivíduo, não num aspecto exterior, mas na ação de um ato possuidor de sentido, competindo ao pesquisador descobri-lo. Este fato não se consume, mas assinala novas direções que podem ser explanadas em uma série de significações sociais, na interação de duas pessoas:

Suponhamos uma pessoa que todos os dias, às oito horas da manhã, entra em uma instituição de ensino e sai às treze horas. Por si mesmo, esse fato nada nos diz. Cabe, portanto, ao observador estabelecer suas perguntas em relação ao fato e interpretá-lo. Sendo essa pessoa, por exemplo, um professor, podemos perguntar o que o leva a proceder dessa maneira todos os dias: a necessidade de obter salário para sobreviver, a prática de ensino como um ideal a ser realizado, a continuidade com uma atividade realizada há muito tempo por seus familiares (constituindo uma tradição familiar), o desejo de obter status perante a comunidade na qual convive. Enfim, várias podem ser as razões, dependendo do indivíduo em questão e da situação na qual é encontrado. O importante é que, ao desvendar uma ou mais dessas razões, o observador está estabelecendo o motivo daquela ação social, podendo demonstrar, a partir daí, qual o curso do seu desenvolvimento e suas consequências (LIMA; SILVA, 2009, p. 87).

Para Weber, os sentidos que modelam as ações sociais não poderiam ser entendidos somente a partir de um aparato metodológico das ciências naturais. Ele avalia que a procura nos fatos de uma regularidade causal obedece a um esquema que possui logicidade de prova, tendo nas Ciências Humanas quanto nas Ciências Naturais. Seguindo esta metodologia Weber constrói a partir da realidade, os denominados tipos ideais, que concebem generalizações de conceitos abstratos e obedecem à lógica da prova, estritamente ligados à realidade particular, ou seja, os tipos ideais se referem àquelas construções encontradas na realidade social que, apesar de serem individuais, repetindo-se no real, permitem ao pesquisador criar generalizações. Assim, se tornam idealizadas, refletindo as questões de dominação.

[...] a permanência de relações e práticas sociais mais diversas é garantida

por relações de dominação. Dominador e dominado são personagens sempre presentes na Sociologia compreensiva. Sem o consentimento dos governados, o domínio dos governantes através do Estado seria impossível, assim como a própria existência do Estado. (LIMA; SILVA, 2009, p. 101).

Há três tipos de dominação para Weber:

- A dominação legal (racional-legal), tradicional e carismática, que significa a obediência do dominado a regras anteriormente estabelecidas.
- A dominação tradicional, segue a obediência em virtude de crença e aceitação de uma autoridade.
- A dominação carismática, que se relaciona à tradição e à obediência, segue a devoção afetiva dos dominados.

“Os três tipos de dominação legítima de Max Weber”, de Vitor Galvão Fraga.

.....

Weber pesquisou ainda a questão da dominação através dos estudos sobre a Sociologia da Religião, o que gerou aquele que é um dos seus trabalhos mais conhecidos, A ética protestante e o espírito do capitalismo, que aponta novas abordagens sobre o fenômeno religioso. Neste trabalho, fez uma relação entre as ideias e as atitudes religiosas, relacionando-as às atividades e organizações econômicas. Observou como certos valores do protestantismo, como a disciplina ascética, a poupança, a austeridade, a vocação, o dever e a propensão ao trabalho se tornaram um impulso para o desenvolvimento do capitalismo, exatamente por contrariar o catolicismo que incentiva a contemplação, a oração, o sacrifício e a renúncia da vida prática.

IMPORTANTE

Para Weber, a metodologia corresponde aos elementos que devem ser considerados no levantamento de dados ou na observação da chamada ação social, o objeto da Sociologia.

Assim:

- Para o autor, as Ciências Sociais devem ter um método próprio de análise da

realidade.

- Na pesquisa se exige uma neutralidade, alcançada de acordo com o quadro teórico usado pelo pesquisador.
- Desvia-se das explicações macro, portanto, recupera-se o indivíduo e seu discurso, que deve expor a sua vivência para o pesquisador.
- Há a necessidade de se desvendar o sentido e interpretar a ação social do objeto.
- A ciência quer chegar a uma verdade, mas, para Weber, cada ciência tem a sua verdade.
- São conceitos importantes para Weber: o desencantamento do mundo e a sociologia compreensiva.

*“Sociedade e Educação em Max Weber”,
produzido pelos autores:
Ana Célia Furtado Orsano de Sousa;
Marcelino de Oliveira Fonteles e Oscarina
Maria da Silva.*

NOTAS

Os Estudos Sociológicos em Educação no Brasil

Apesar de não existir consenso entre os autores sobre os marcos cronológicos do surgimento da Sociologia no Brasil, Berger divide este surgir em três fases: “[...] a pré-científica, a institucionalização e a fase científica propriamente dita”. (BERGER, 1976, p. 30)

Gomes (1994) coloca que a fase pré-científica começa com a importação de ideias europeias, como o positivismo, o evolucionismo e outros, que não consideraram o contexto do país. Assim, seus interesses são mais próximos das concepções de outro continente e elaboradas segundo estes pensamentos. Neste aspecto pode-se considerar que a Educação não era um dos focos de relevância de estudo.

Azevedo trata desse período:

Embora a educação não tenha sido foco de interesse para estudos sociológicos, houve uma tentativa (mal dirigida e mal sucedida) de utilizar a educação como meio de formar uma nova mentalidade, menos voltada para a tradição humanística que para as ciências positivas. Assim a Sociologia associada à moral, é incluída a primeira vez no currículo da escola secundária, por um curto período, embora sem efeitos práticos. (AZEVEDO, 1964, p.319).

A segunda fase da Sociologia no Brasil ocorre com a introdução do ensino da disciplina nos currículos de nível médio e superior. Segundo Gomes (1994), apesar de tardio em relação a outros países latinos, teve seu desenvolvimento associado ao processo de urbanização, industrialização e a certos laços da economia brasileira, como a emergência de novas classes sociais e novas atividades econômicas do período, entre 1928 e 1935.

O otimismo pedagógico, as influências da Escola Nova, a articulação da escola

como panaceia, possibilitaram novas discussões e a colocação da Sociologia para atender as demandas nos cursos de formação de professores.

Para Fernandes (1997), a inserção da disciplina nos currículos escolares foi um momento decisivo para a Sociologia, pois este fato se relaciona à formação de status e a papéis sociais que colaboraram com a estruturação desta nova ciência. Também possibilitou que a pesquisa e o ensino fossem reconhecidos como carreira acadêmica, mesmo que nos cursos superiores os professores não tivessem uma formação a contento, quanto a Sociologia da Educação, Gomes declara:

A educação, porém, ao contrário do que se poderia esperar, não despertou grande interesse dos pesquisadores, delineando-se claramente a separação entre os educadores e os cientistas sociais, os primeiros se ocupando obviamente como seu campo, e os últimos pouco incursionando na educação. (1994, p.05)

Cândido (1973, p. 07) apresenta as principais tendências desse período:

- A tendência filosófico-sociológico, que se constituiu numa reflexão sobre o caráter social da educação, mais próxima da Filosofia e da Pedagogia;
- A tendência pedagógico-sociológica, desenvolvida com aspectos mais dirigidos ao funcionamento da escola e suas relações com a comunidade. Expressando-se limitada quanto à pesquisa e à teoria, acabou afastando os educadores dos sociólogos;
- A tendência da chamada Sociologia da Educação, vista como ramo da Sociologia, apresentando um aprofundamento das linhas anteriores e analisando situações pedagógicas, abrindo assim caminhos para a pesquisa.

Em todas estas tendências, fica claro que houve um afastamento entre os educadores e os cientistas sociais.

Apenas a partir da década de 1950 a Sociologia se consolida e surge uma geração de sociólogos brasileiros, o que impulsiona a pesquisa e o ensino. Esta ciência começa a buscar a independência em relação à importação de ideias de outros países e começa a analisar os problemas sociais da realidade brasileira. Nesse momento surge o contexto da educação, um tema antes inexplorado e negligenciado pela Sociologia.

Nos anos 1960, a Sociologia começa a apresentar características de busca e modificação do real Gomes coloca:

Cresceram significativamente o volume de pesquisas e a variedade de seus temas, extravasando o âmbito universitário. Embora continuassem faltando estudos teóricos, os múltiplos problemas do desenvolvimento socioeconômico predominaram entre os assuntos estudados. Importantes contribuições foram feitas no sentido de criar conceitos e tipologias nacionais, como alternativa à aplicação indiscriminada à realidade brasileira de teorias e conceitos importados. (GOMES, 1994, p.09).

Também nesse período destaca-se a Universidade de São Paulo, onde diversos cientistas sociais demonstram interesse pelos problemas educacionais brasileiros e acabam por produzir grande quantidade de pesquisas de qualidade na área. Segundo Gomes (1994) esse interesse surge com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação que se encontrava em vias de aprovação. Essa tendência, entretanto, não teve continuidade, devido ao declínio da industrialização substitutiva de importações, ao fim do nacionalismo e às novas perspectivas políticas e econômicas brasileiras.

Uma nova fase da Sociologia surge com a implantação dos cursos de pós-graduação, pois estes possibilitaram a pesquisa e o ensino realmente voltados a esta ciência. Contudo, a educação ainda não fez parte dos interesses dos cientistas sociais. As pesquisas voltam-se para estudos sobre política e legislação do ensino e a análise sociológica, no entanto, não ocorre, passando a ser percebida sem a necessária profundidade.

Nos anos 1990, surge um grupo de trabalho denominado Educação e sociedade na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais, coordenado em um primeiro momento por Aparecida Joly Gouveia (GOMES, 1994). Começa a se originar um contato maior entre as Ciências Sociais e a Educação.

2.1 Fundamentos Teóricos da Sociologia da Educação

A Sociologia da Educação é guiada por teorias, ou, mais precisamente pela teoria que em determinado momento histórico é dominante, na área de Educação. Isto não significa que todas as pesquisas produzidas num determinado momento histórico são

dirigidas por aquela teoria dominante, mas sim que na maioria das pesquisas feitas, o quadro teórico é aquele mais influente. Afinal, cada professor tem a teoria que lhe chega mais perto ao sentimento, ou seja, adota sempre a mais relacionada à sua experiência de vida.

Existem pesquisas produzidas com as mais diferentes teorias, mas pode-se afirmar que aquela que predomina naquele momento histórico, dá aos estudiosos a direção de suas pesquisas. Isto depende das relações de força entre os diferentes grupos sociais. Foi assim desde o surgimento da Sociologia no Brasil, que chega sob a bandeira do Positivismo.

As principais teorias que influenciaram e ainda influenciam a Sociologia da Educação foram o Positivismo, o Culturalismo e o Marxismo. Para cada uma delas possuem diferentes compreensões sobre o que trata o fenômeno educacional na sociedade.

2.1.1 Positivismo

Comte sistematizou o método positivista. O principal e determinante elemento do Positivismo é a não separação entre o método de investigar a realidade entre as Ciências Sociais e as Ciências Naturais. Nessa perspectiva, o tratamento dado pelo biólogo a uma árvore, da qual ele não pode identificar seus sentimentos, deveria ser o mesmo método que o cientista social usaria para entender os fenômenos sociais.

O resultado desse método seria atribuir à natureza fenômenos que nascem do social, como por exemplo, a desigualdade social. Por este fenômeno, o Positivismo culpabiliza ao natural, afinal, em todas as sociedades pode-se constatar a sua existência, ou seja, a desigualdade social é natural.

Emprega-se um método singular:

Seu método de trabalho é o histórico genético indutivo, ou seja, observação dos fatos, adivinhando-lhes por indução de coexistência e da sucessão, e deduzindo dessas leis, por via da consequência e correlação, fatos novos que escaparam da observação direta, mas que a experiência verificou. Este método é o método geral de raciocínio proveniente do concurso de todos os métodos particulares (dedução, indução, observação, experiência,

nomenclatura, comparação, analogia, filiação histórica) que constitui, segundo Comte, o método objetivo. Mas, Comte usa também o que ele chama de método subjetivo, que resulta da combinação lógica dos sentimentos, das imagens e dos sinais. (RIBEIRO JUNIOR, 2006, p. 17).

Se a natureza é determinante para os fenômenos sociais, a sua observação pode mostrar a sua regularidade e, portanto, a lei que os faz se repetir indefinidamente. Ao criar leis que regulam os fenômenos sociais, devem-se criar as condições para que possam ser controlados. Deste modo, qualquer fenômeno que surja repentinamente ou aqueles marginais à sociedade, podem e devem ser controlados por intermédio da Sociologia. Esta é a função da nova ciência que estuda a sociedade, exercer o controle sobre o social, para que a harmonia reine sempre entre os indivíduos.

Para fundamentar sua corrente filosófica antimetafísica, Augusto Comte, embasado nesse método, parte da premissa de que é no Estado Positivo que o espírito humano reconhece a impossibilidade de obter noções absolutas. Assim, renuncia a indagar a origem e o destino do universo e a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para se consagrar unicamente a descobrir, pelo uso combinado do raciocínio e da observação, as suas leis efetivas, isto é, as suas relações invariáveis de sucessão e de semelhança. (RIBEIRO JUNIOR, 2006, p. 18).

O método geral do Positivismo de Auguste Comte consiste na observação dos fenômenos, opondo-se ao racionalismo e ao idealismo, por meio da promoção do primado da experiência sensível, única capaz de produzir, a partir dos dados concretos (positivos), a verdadeira ciência (na concepção positivista), sem qualquer atributo teológico ou metafísico, subordinando a imaginação à observação, tomando como base apenas o mundo físico ou material.

O Positivismo nega à ciência qualquer possibilidade de investigar a causa dos fenômenos naturais e sociais, considerando este tipo de pesquisa inútil e inacessível, voltando-se para a descoberta e o estudo das leis (relações constantes entre os fenômenos observáveis). Para criar as leis o pesquisador deve observar seu objeto. As repetições dão ao pesquisador os instrumentos para supor que o fenômeno sempre se repete daquela maneira e que, por isso, há a necessidade de se criar uma lei.

A ideia-chave do Positivismo Comtiano é a Lei dos Três Estados, de acordo com a qual o homem passou e passa por três estágios em suas concepções, isto é, na forma

de conceber as suas ideias e a realidade: um teológico, outro metafísico e o terceiro seria o positivo, que representaria no seu entender o auge a que qualquer sociedade poderia chegar. Representava o progresso social.

No estado teológico:

[...] Deus seria o centro de todas as referências humanas, a medida de tudo na sociedade. Nesse estágio o homem viveria um período de aculturação ainda incipiente que justificaria sua ligação coma divindade. Deus seria o regente da vida social e o homem a ele diretamente vinculado, fosse por meio da relação direta ou pela mediação do estado teocrático. (FERREIRA, 2001, p.37).

O estado metafísico:

[...] serviria de transição ao estado seguinte. Deus não seria mais o regente absoluto da vida social, e sim uma essência onipresente a ela. Nessa etapa os dogmas da fé anterior seriam profundamente questionados, pondo em dúvida seus fundamentos e dissolvendo o caráter orgânico de seu saber. Se o estágio anterior definia-se por ordem, este, por ser de transição revelava um sentido de progresso no percurso da civilização humana. (FERREIRA, 2001, p.37).

O estado positivo:

[...] encontraria sua expressão na sociedade capitalista moderna. O homem, partindo de uma concepção antropocêntrica se colocaria como regente da vida social. Esse estágio só se afirmaria em plenitude quando seu método, depois de edificada a física social, passasse a coordenar todos os domínios da Ciência [...] o espírito positivo forneceria os preceitos fundamentais para a concepção de uma unidade consensual para a nova ordem, assentada definitivamente, daquela hora em diante, na razão. (FERREIRA, 2001, p.37).

Para Comte as ciências abstratas englobam seis grupos: Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia e Sociologia. Mais tarde, acrescenta a Estatística e a Moral, enquanto as concretas seriam a Mineralogia, a Botânica e a Zoologia, ainda não constituídas. Na parte especial, o Positivismo possui quatro aspectos que devem ser levados em consideração, que são, segundo Ribeiro Junior: aspecto psicológico, como parte da biologia, mas que Comte separa mais tarde; aspecto ontológico, "Comte nega as causas eficientes e finais, o infinito e o absoluto, para reconhecer apenas o

relativo, o sensível, o fenomenal, o útil” (RIBEIRO JUNIOR, 2006, p. 22), ou seja, para o Positivismo o absoluto é que tudo é relativo; aspecto sociológico e religioso “[...] que partem desde a divisão dos poderes sociais em material, intelectual e moral, exercidos por uma elite, isto é, os dirigentes”. (RIBEIRO JUNIOR, 2006, p.22)

O mesmo autor refere que como o Positivismo não aceita o conceito de classes no sentido marxista do termo, os dirigentes, ou seja, a elite deve ser mais capaz, influenciando em todas as instituições sociais por intermédio de seus componentes, formulando a teoria que dominará o pensamento hegemônico na sociedade.

Embasado na concepção biológica da Sociologia, Augusto Comte entende a sociedade como um organismo cujas partes constitutivas são heterogêneas, mas solidárias, pois se orientam para a conservação do conjunto. Assim, à semelhança do organismo, encontra-se nela uma divisão das funções especiais, onde se nota a presença da espontaneidade, da necessidade, da imanência e da subordinação de todas as suas partes a um poder central e superior. (RIBEIRO JUNIOR, 2006, p. 22)

Neste sentido a sociedade vive um processo evolutivo, se contrapondo à revolução pensada por Marx, mas a vê como um todo harmônico, conforme um organismo, em que cada um dos elementos convive harmonicamente, dando sentido ao outro.

Partindo da ideia de que a natureza humana evolui segundo as leis históricas, embora em si mesma não ocorra nenhuma transformação, isto é, existe uma base perene no homem frente ao elemento cambiante da sociedade. Comte divide o estudo da estrutura social em dois campos principais: o estudo da ordem social, que ele denomina de estática social, e o estudo da evolução da sociedade, que recebe o nome de dinâmica social. Enquanto a estática estuda o consenso (solidariedade) ou o organismo social em suas relações com as condições de existência, traçando a teoria da ordem, a dinâmica parte do conjunto para as particularidades, e determina o progresso geral da humanidade. (RIBEIRO JUNIOR, 2006, p. 23).

Nessa perspectiva comtiana, o progresso é caracterizado pela incessante particularização das colocações, como todo o desenvolvimento orgânico, para maior aprimoramento no progresso dos instrumentos particulares.

O Positivismo é a própria apologia da ciência no período. A decadência do

domínio da religião, que impedia o desenvolvimento científico, vive-se no período posterior exatamente o oposto, a importância dada à ciência e as possibilidades que oportunizava à sociedade de alcançar o progresso.

O Evolucionismo de Charles Darwin confere à ciência o caminho que irá afetar todos os autores do período. A evolução é para o desenvolvimento da sociedade e, assim, o Positivismo dava o arcabouço teórico que justificava as relações sociais no período. A história europeia é o caminho a ser seguido por todas as sociedades, já que o progresso era inevitável e se expandiria pelo mundo.

E, nesta inovação, aplica o método indutivo das Ciências naturais às Ciências sociais para repudiar o romantismo do liberalismo laissez-faire, em favor do planejamento social. Como doutrina e método, o Positivismo passa a enfrentar a sociedade individualista e liberal, através da ordem e progresso, que Comte considerava fonte principal de todo sistema político. É nesta linha de raciocínio que Augusto Comte, partindo da noção de solidariedade, apresenta uma política de paz e amor, substituindo a ideia sobrenatural do Direito pela ideia natural do Dever. (RIBEIRO JUNIOR, 2006, p. 24).

Direito significa obrigação de um para com o outro, Para August Comte a noção de Direito deveria obscurecer-se do domínio político, como a noção de causa do campo filosófico, pois elas se referem a vontades indiscutíveis.

O termo Ciência Política, usado por Saint-Simon, praticamente tem o mesmo significado que Comte deu à Sociologia. Aliás, ele emprega como expressões equivalentes "política positiva", "filosofia social", "teoria da evolução social", "Ciência social", "física social", "Sociologia". Para Comte, a Sociologia é a Ciência abstrata que estuda os fenômenos dos agrupamentos sociais. A Ciência política é a aplicação prática da Sociologia, estudando casos particulares, tendo, porém sempre em mira o ponto de vista moral. A política é a arte de bem aplicar os conhecimentos abstratos da Sociologia (saber para prever, a fim de prever). (RIBEIRO JUNIOR, 2006, p. 25).

“A Influência do Positivismo no Ensino Científico Brasileiro”, dos autores Sergio Luiz Augusto de Andrade e Teresa Cristina de Carvalho Piva.

2.1.2 Funcionalismo

As raízes mais remotas do Funcionalismo nos remetem aos trabalhos do sociólogo inglês Herbert Spencer (1882-1903) e do francês Emile Durkheim (1855-1917). Spencer, fortemente influenciado pela notável emergência das Ciências Naturais, comparou as sociedades às estruturas vivas, tal como ocorre num organismo biológico qualquer. Assim, a ação de uma só parte do sistema social termina por alterar as outras na sua totalidade.

Para os funcionalistas, a sociedade está constituída por subsistemas (estruturas) que operam (funcionam) de modo interdependente. Cada um dos componentes do sistema, suas partes, tal como uma peça qualquer em relação a uma máquina, desempenham papéis que visam contribuir para a estabilidade e a ordem social. Por isso tal abordagem, ou teoria, é chamada de Funcionalismo-estrutural.

A partir dessa visão totalizadora da sociedade, o passo seguinte é determinar os seus componentes básicos, formados pela economia, pelo sistema político, pela família e pelo sistema educativo em geral, com seus valores e crenças bem definidos. Sendo todos interdependentes e agindo no sentido de preservar a sobrevivência do todo, não há necessariamente uma hierarquia entre elas.

Para os funcionalistas, estes componentes atuam por interação, tendo capacidade de adaptação para enfrentar os imprevistos e as exigências de mudanças que possam surgir. Se, por uma razão qualquer, o sistema não apresentar a elasticidade necessária, a qualidade de adaptar-se ao movimento o tornaria disfuncional (expressão criada por Robert Merton), do mesmo modo que uma peça desgastada ou defeituosa põe em perigo o desempenho de um motor.

Teoria muito próxima do Positivismo, do qual absorveu diversas concepções que compõem seu método, o Funcionalismo foi alimentado pelas teses de Talcott Parsons (1968), para quem a sociedade e a cultura formam um sistema integrado de funções, onde sobressaem a estrutura e o sistema. Dentro da tradição positivista, o Funcionalismo sofre grande influência das Ciências Naturais, tendo como método a explicação das instituições sociais como meios coletivos para satisfazer necessidades biológicas individuais. Somente com o desenvolvimento teórico é que se concentrou nas maneiras como as instituições satisfazem necessidades igualitárias, por intermédio

da solidariedade.

O Funcionalismo influenciou tanto a Sociologia quanto a **Antropologia**, num momento que o Behaviorismo, também resultado da fonte positivista, se impunha na explicação da realidade social. Apesar de não usar o termo cultura, todas as explicações de Parsons partem dos elementos culturais encontrados na sociedade, para criar um sistema harmônico, novamente um forte elemento proveniente do Positivismo, em que a sociedade é o encontro de diversos grupos e instituições sociais para que haja uma estabilidade entre todas as suas instâncias. Por esse motivo, torna possível a identificação de um elemento histórico, mas também, que objetivam o mesmo fim, ou seja, chegar à fase mais desenvolvida da sociedade, o capitalismo.

Essa uniformidade faz com que qualquer transformação de um elemento promova uma mudança em outras instituições, comparando o sistema social ao sistema orgânico do corpo humano, em que cada órgão exerce uma função determinada. Essa comparação permite ver a estrutura da sociedade como um todo, ou seja, composta por quatro sistemas: o cultural, o social, o da personalidade e o do organismo, não no aspecto físico, mas o comportamental.

Neste sentido é que a alegoria do corpo humano com o sistema social torna cada uma das partes importantes no sistema, para alcançar a estabilidade social, objetivo máximo do Funcionalismo.

Entretanto, se qualquer elemento estiver em uma situação que provoque algum conflito, significa que não poderá pertencer mais ao sistema e, por isso, deverá ser extirpado para que tudo volte a funcionar, conforme é desejado socialmente, em harmonia no todo. Merton denomina este elemento como funcional ou disfuncional, relacionando ambos a pertencer ou não ao sistema, conferindo ainda: "O fato de a análise funcional poder ser vista por alguns como de natureza conservadora e por outros como de natureza radical sugere que ela pode ser nem uma nem outra". (MERTON, 1957, p.39).

O funcionalismo é criticado principalmente pelo Marxismo, como incapaz de se responsabilizar por mudanças sociais ou por contradições estruturais e conflitos e, dessa maneira, é frequentemente chamado de teoria do consenso, por não dar espaço aos elementos que surgem no processo social. A teoria evolucionária de Parsons

descreve os sistemas e subsistemas de diferenciação e reintegração, causando, desse modo, menos conflito temporário ante a reintegração.

Críticos mais fortes incluem o argumento epistemológico de que o Funcionalismo tenta descrever instituições sociais apenas através de seus efeitos e assim, não explica a causa desses efeitos, ou coisa alguma, e o argumento ontológico que a sociedade não pode ter necessidades como os seres humanos, e mesmo as possuindo, elas não precisam ser satisfeitas. As explicações funcionalistas podem todas ser reescritas como descrições históricas de ações e consequências humanas individuais.

Anterior aos movimentos sociais dos anos 1960, o Funcionalismo foi a visão dominante no pensamento sociológico. Depois a teoria de conflito desafiou a sociedade corrente, defendida pela teoria funcionalista. Conforme alguns opositores, a teoria funcionalista sustenta que conflito e disputa pelo status quo são danosas à sociedade, tendendo a ser a visão proeminente entre os pensadores conservadores.

Talcott Parsons (1968) foi certamente o sociólogo norte-americano mais conhecido em todo o mundo. Em geral, seus críticos entenderam-no como um pensador conservador. Apresentava-se preocupado basicamente com o bom ordenamento da sociedade, sem ter muita tolerância para com a desconformidade ou a dissidência dos que podiam manifestar-se contra ela. Sua obsessão era determinar a função que os indivíduos desempenhavam na estrutura social visando a excelência das coisas. Era um estudioso da estratificação social, não da mudança ou da transformação. Considera-se que a visão social dele tenha sido influenciada diretamente pelo antropólogo Bronislaw Malinowski, um funcionalista fortemente marcado pela Biologia, fato que explica verem em Parsons um admirador da organização de um formigueiro, no qual o papel dos sujeitos (das operárias à rainha-mãe) esta devidamente pré-determinado e ordenado em função da manutenção e do aperfeiçoamento de um sistema maior.

Visto que a análise funcional estuda as contribuições feitas pelo fenômeno sociocultural para os sistemas socioculturais dos quais fazem parte, muitos funcionalistas argumentam que instituições sociais são funcionalmente integradas para formar um sistema estável e que uma mudança em uma instituição irá precipitar uma mudança em outras

instituições. Isso é expresso por Durkheim e outros como uma analogia orgânica.

O Funcionalismo, nascendo como uma alternativa a explicações históricas, foi uma das primeiras teorias antropológicas do século XX, até ser superada pela análise estruturo-funcional ou Estrutural-Funcionalismo.

O Estrutural-Funcionalismo tem a visão de que a sociedade é constituída por partes (por exemplo: polícia, hospitais, escolas e fazendas), cada uma com suas próprias funções e trabalhando em conjunto para promover a estabilidade social. Esta corrente foi a perspectiva dominante de antropologistas culturais e sociólogos rurais entre a II Guerra Mundial e a Guerra do Vietnã. Juntamente com a teoria do conflito e o Interacionismo, o Funcionalismo é uma das três principais tradições sociológicas.

Uma função social é, segundo Houlton: [...] “a contribuição feita por qualquer fenômeno a um sistema maior do que o que o fenômeno faz parte”. (HOULT, 1969, p. 139) Esse uso técnico não é o mesmo da ideia popular de função como um evento/ocasião ou uma obrigação, responsabilidade, ou profissão. Uma distinção, primeiramente feita por Robert K. Merton, é feita entre funções evidentes e funções latentes (MARSHALL, 1994, p.190) e também entre funções com efeitos positivos (funcionais ou positivamente funcionais) e negativos (disfuncionais). Houlton afirma que “Qualquer enunciado que descreva uma instituição como sendo ‘funcional’ ou ‘disfuncional’ para os homens [sic] pode ser prontamente traduzido sem perda de significado para um que se diz ‘recompensadora’ ou ‘punitiva’”.(HOULT, 1969, p. 139)

A alternativa funcional (também chamada equivalente funcional ou substituto funcional) indica que, “assim como o mesmo item pode ter múltiplas funções, a mesma função também pode ser diversamente representada por itens alternativos” (MERTON, 1957, p. 33-4). Assim, o conceito pode convir como um remédio para “as suposições

injustificadas da indispensabilidade funcional de estruturas sociais particulares” (MERTON, 1957, p. 52).

No entanto, Durkheim usou uma forma radical de socialismo corporativo juntamente com explicações funcionalistas, o Marxismo reconhece as contradições sociais e utiliza explicações funcionais, e a teoria evolucionária de Parsons descreve

os sistemas e subsistemas de diferenciação e reintegração desse modo causando menos conflito temporário ante a reintegração. Para o autor, “[...] o fato de a análise funcional poder ser vista por alguns como de natureza conservadora e por outros como de natureza radical sugere que ela pode ser nem uma nem outra” (MERTON, 1957, p. 39).

Jeffrey Alexander e Colomy (1985) discernem o Funcionalismo como uma ampla escola e não como um método ou sistema específico. Entretanto, Parsons sustenta que este é capaz de tomar o equilíbrio (estabilidade) como ponto de referência ao invés de hipótese e trata a distinção estrutural como principal forma de modificação social. Cohen argumenta que mais do que necessidades, ela apresenta fatos tendenciais: propriedade do espaço social que ampara a essência de instituições sociais particulares, mas não as causa.

Hoult define o Funcionalismo como: “a perspectiva utilizada para analisar a sociedade e seus componentes característicos enfocando a mutua integração e interconexão deles”. (HOULT, 1969) Esta corrente analisa o percurso que o procedimento social e as disposições institucionais elaboram para a eficaz manutenção do equilíbrio da sociedade. O aspecto principal é antagônico às máximas alterações sociais.

Talcott Parsons, além de difundir a obra de Max Weber, bem como realizar sua tradução nos Estados Unidos, foi, antes de tudo, o intelectual orgânico das novas técnicas produtivas tomadas pelas indústrias: o taylorismo e o fordismo. Em suas ações, tal qual um capataz de fábrica ou um engenheiro de produção, observava qualquer diferença, como uma crítica, um protesto ou greve, como uma perturbação, um desvio ou uma doença que atrapalharia o todo. Para ele, o sistema, como qualquer outro corpo biológico, não só era estável como buscava ser harmonioso, equânime e consensual, tendo manifestado hostilidade à perturbações desencadeadas por ataques de elementos estranhos ao sistema. Aquilo que não se adequava ao sistema era considerado como se fosse uma doença que deveria ser tratada para alcançar a sua cura. Isso mesmo, era usada toda uma linguagem que se identificava com as Ciências Naturais.

Conceitos como adaptação, integração, manutenção, utilizadas por Talcott Parsons, estabelecem-no no campo conservador do pensamento sociológico, um visualizador da política de conformismo, jamais como instrumento da transformação.

Sua teoria privilegiou a coesão, a adaptação e a estabilidade familiar.

2.1.3 Fenomenologia

Pode-se considerar que a Fenomenologia surge como um questionamento no modo científico de pensar, como uma crítica à metafísica e à utilização dos métodos de investigação utilizados pelas Ciências Naturais na investigação das Ciências Humanas. Este questionamento vem a reformular a compreensão de conceitos básicos, como o de homem e de mundo.

A discussão acerca desta compreensão atinge seu ápice na obra *Ser e Tempo* de Martin Heidegger (1989), que questiona um conceito fundamental em ciência: o sentido do ser, no qual todas as teorias se fundamentam. Nesse sentido, Heidegger (1989), evidencia que a Fenomenologia compreende a verdade com um viés de provisoriedade, mutabilidade e relatividade, totalmente diversa do entendimento da Metafísica, que implica a verdade una, estável e absoluta. Por esta leitura, pode-se afirmar que a Fenomenologia é uma postura ou atitude, se compondo como um modo de compreender o mundo, e não uma teoria, ou seja, um modo de explicar.

Heidegger apresentou um modelo de conhecer as coisas do mundo, diferente do modo metafísico. Para o autor, compreender o mundo fenomenologicamente torna-se uma tarefa complexa. Por seu próprio modo de ser, não existe um caminho sistemático de aprendizagem da postura fenomenológica, a não ser pela exaustiva leitura das obras de seus diversos autores.

A Fenomenologia dirige o seu olhar para o fenômeno, ou seja, para a relação sujeito-objeto (ser-no-mundo), o que de certa forma rompe com o conceito clássico.

Contrapondo-se à Metafísica, a Fenomenologia se preocupa com os fenômenos naturais, mais precisamente óbvios, que encontram-se na ação humana, portanto estreitamente relaciona ao dia a dia humano. Ocorre certa preocupação com essa experiência tentando-se encontrar o seu sentido, fundamentado-se principalmente nos fatos descritos da vida social. Preocupa-se com a vivência de cada um no seu cotidiano. Segundo Schrader o enfoque metodológico deve fornecer para um caráter filosófico-crítico que tem como seus elementos fundamentais encontrados na prática

social:

- opera-se intencionalmente voltado aos princípios subjacentes à ação humana, perguntando-se sobre o racional e o irracional na realidade social;
- a valorização do objeto de investigação não é excluída, mas colocada conscientemente no início do processo de investigação: a racionalidade é tida como um dos valores fundamentais do pensamento e da existência ética humana. (SCHRADER, 1974, p. 74).

Conforme afirma Triviños (1987, p. 42), assim como com o Positivismo, a Fenomenologia, ao ser apropriada por diversos autores, adquire novas nuances certas peculiaridades, produzindo diversas mudanças na compreensão do método. Um destes autores citado por Triviños foi Husserl, que pretendia tornar a fenomenologia uma ciência rigorosa. Somente mais tarde houve uma mudança no pensamento de Husserl levando-o a entender a Fenomenologia como uma investigação do que ele denomina como mundo vivido pelos sujeitos considerados isoladamente:

A filosofia como "ciência rigorosa" deveria ter como tarefa estabelecer as categorias puras do pensamento científico. Para alcançar este objetivo, Husserl falou de "redução fenomenológica". Através desta, na qual o fenômeno se apresentava puro, livre dos elementos pessoais e culturais, chega-se a um nível dos fenômenos que se denomina das essências. Desta maneira, a fenomenologia apresenta-se como um "método" e como um "modo de ver" o dado. (TRIVIÑOS, 1987, p. 42).

O que se pretende com a redução ou epochê é tornar o fenômeno sem nenhum elemento que venha a interferir em sua exposição, para se chegar a sua essência. Isso acontece a partir do que Coltro (2000) apresenta como as seguintes regras para a epochê ou redução eidética, sendo tais regras de natureza negativa:

- a) Eliminação do subjetivo: assumir atitude objetiva frente ao dado;
- b) Exclusão do teórico: eliminação momentânea de toda hipótese, teoria ou qualquer conhecimento prévio;

Sc)uspensão da tradição: exclusão das tradições das ciências e das autoridades humanas (COLTRO, 2000, p.43).

As demais são positivas, que seguem o mesmo patamar: d) ver todo o dado, e não somente alguns aspectos do objeto; e) descrever o objeto, analisando as suas partes (COLTRO, 2000, p. 43).

Neste sentido é que Husserl apresenta como uma forma de aplicação de um estudo da realidade, uma denominada intencionalidade: "A ideia fundamental, básica, da fenomenologia, é a noção de intencionalidade. Esta intencionalidade é a consciência que sempre está

dirigida a um objeto. Isto tende a reconhecer o princípio que não existe objeto sem sujeito". (TRIVIÑOS, 1987, p. 43).

Para Triviños (1987), a importância do conceito de intencionalidade, para a Fenomenologia, é fundamental, ao pensar que a vivência e a consciência são ideias básicas nessa filosofia. Ainda que Husserl adote que existem vivências não intencionais, é preciso recordar que as essências aparecem como processos de reduções fenomenológicas que se iniciam com a intuição das vivências.

Nesta linha seguida por Heidegger, Husserl coloca em questão a existência do conhecimento. Daí ele se pergunta como pode o conhecimento alcançar algo em toda a sua plenitude? Assim, Triviños se pergunta sobre do que se trata a fenomenologia:

A fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, tornam a definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas também a fenomenologia é uma filosofia que substitui as essências na existência e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra forma senão a partir da sua "facticidade". É uma filosofia transcendental que coloca em "suspensão", para compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas também uma filosofia segundo a qual o mundo está sempre "ai", antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço está em reencontrar esse contato ingênuo com o mundo para lhe dar enfim um status filosófico. É uma ambição de uma filosofia que pretende ser uma "ciência exata", mas também uma exposição do espaço, do tempo e do "mundo vivido". É o ensaio de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, sem nenhuma consideração com sua gênese psicológica e com as explicações causais que o sábio, o

historiador ou o sociólogo podem fornecer dela; entretanto Husserl, em seus últimos trabalhos, menciona uma “fenomenologia genética” e mesmo “uma fenomenologia construtivista” (TRIVIÑOS, 1987, p. 43).

O autor cita que para Husserl trata-se de descrever e não de explicar, nem analisar. A primeira conotação de Husserl dada à fenomenologia foi primeiramente o desmentido da ciência. Tudo o que se sabe do mundo, sabe-se através da visão pessoal ou de experiências sem as quais os símbolos da ciência nada significariam. Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido (TRIVIÑOS, 1987).

A Fenomenologia possui também um caráter específico. Em nenhum momento de sua análise, esta metodologia enfoca a historicidade dos fenômenos, isolando o fenômeno em sua essência. Essa dimensão a-histórica tem colocado a Fenomenologia como alvo de críticas, principalmente pelos que consideram as características do desenvolvimento social, econômico e cultural, como vital para uma pesquisa.

“Fenomenologia e educação: uma abertura recíproca”, do autor Claudinei Aparecido de Freitas da Silva.

2.1.4 Marxismo

Objetivando entender o capitalismo, Marx produziu obras de Filosofia, Economia e Sociologia, tencionando propor uma ampla transformação política, econômica e social. A principal obra de Marx, O Capital, não é diretamente sociológica, afirma-se ser econômica, entretanto, não se pode dizer que os textos de Marx supõem somente uma ciência, mas abrange várias ciências devido à amplitude de suas análises.

Karl Marx desenvolveu a teoria marxista partindo da análise crítica e científica do capitalismo. Não havia um direcionamento de como seria uma sociedade ideal, contudo, buscou compreender a dinâmica do capitalismo. Nesse sentido, pesquisou suas origens, a acumulação de capital, as relações da produção, e suas contradições.

Os princípios básicos que basearam o marxismo podem ser resumidos em três teorias centrais: a teoria da mais-valia, a teoria da luta das classes e a teoria do materialismo histórico.

É necessário elucidar alguns termos da fundamentação econômica, por se constituírem como peças básicas de interpretação. Na verdade, se produziu uma visão principalmente econômica da sociedade, precisamente porque Marx acreditou

que a compreensão dos processos históricos não pode ser feita sem referência às maneiras como os homens produzem sua sobrevivência material. Isso ocorre por que a economia gera instituições e relações que se tornam justificativas para o sistema enquanto um todo.

Marx sofreu influência da filosofia de Hegel, e do seu contato com o pensamento socialista francês e inglês do século XIX. Destacava o pioneirismo desses críticos da sociedade burguesa e reprovava o utopismo de suas propostas, pois para ele as ciências que dão conta da realidade social devem partir para suas análises da realidade social. As três teorias tinham como traço comum o desejo de impor de uma só vez a transformação social total, implantando, assim, o império da razão e da justiça eterna.

Em suas teorias, Marx desenvolveu o conceito de alienação mostrando que a industrialização, a propriedade privada e o assalariamento separavam o trabalhador dos meios de produção, que passavam a pertencer ao capitalista, tornando o trabalhador dependente do mercado para manter sua sobrevivência.

De acordo com o autor, politicamente o homem também se tornou alienado, pois o princípio da representatividade, que é a base do liberalismo, estabeleceu o conceito de Estado como um órgão político imparcial, que representa toda a sociedade e a administra através do poder que lhe é confiado pelos indivíduos.

Marx proclamava a inexistência de igualdade natural e observava que o liberalismo vê os homens livres das evidentes desigualdades sociais. Para o autor as desigualdades sociais observadas no seu tempo eram geradas pelas relações de produção do sistema capitalista. Esta relação dividia os homens em proprietários e não proprietários dos meios de produção, caracterizando relações de oposição, antagonismo, exploração e complementaridade entre as classes.

Para Marx e Engels: "A história de todas as sociedades que já existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classe". (MARX, ENGELS, 1988, p.07). Assim, a luta constante entre interesses opostos sempre ocorreu, embora esse conflito nem sempre se manifeste socialmente sob a forma de guerra declarada. As divergências, oposições e antagonismos de classes se encontram em toda relação social, em todos

os níveis da sociedade, em todos os tempos, desde que surgiu a propriedade privada.

O autor considera que o trabalho é capaz de provocar mudanças nos homens que o exercem. Ao criar um produto o homem modifica a natureza e se modifica da mesma forma. O tempo de trabalho se estabelece relacionado às habilidades individuais médias e às categorias técnicas que vigoram na sociedade. De acordo com a análise de Marx, a valorização da mercadoria se dá no âmbito de sua produção. Denomina-se mais-valia ao valor que o trabalhador cria para além do valor de sua força de trabalho, sendo esta, em termos sociológicos, a alma do capitalismo, porque nisto decide sua teoria e prática da desigualdade social.

O trabalhador é recompensado pela sua força de trabalho com um salário cujo valor apenas lhes fornece a sobrevivência, ou seja, permite tão somente repor ou reproduzir sua força de trabalho. Contudo, o que o trabalhador produz, vale mais do que o que recebe em forma de salário. Aquilo que é tomado pelo dono dos meios de produção, se chama apropriação do excedente de trabalho.

Marx constata que as diferenças entre as classes sociais não são apenas uma diferença quantitativa de riquezas, mas também uma diferença de existência material. Os sujeitos de uma mesma classe social compartilham de muitos posicionamentos como valores, comportamentos, regras de convivência e interesses, seguidas de diferenças na distribuição de poder.

Os operários que se encontram alienados pelos interesses da burguesia, observam as classes econômicas dominantes que desenvolveram formas de dominação política, apropriam-se do poder do Estado e, com ele, legitimam seus interesses sob a forma de leis e de planos econômicos e políticos.

O Estado assume um valor fundamental na produção intelectual marxista, pois na visão do autor, o Estado é o representante da burguesia com o objetivo de defender o capital. Por intermédio de seus aparelhos ideológicos e repressivos, o Estado afasta qualquer ameaça ao poder do capital.

Para Marx as condições específicas de trabalho geradas pela industrialização tendem a promover a consciência de que há interesses comuns para o conjunto da

classe trabalhadora e, conseqüentemente, tendem a impulsionar sua organização política para a ação. Esta classe, portanto, vivendo numa mesma situação onde sofre grande empobrecimento em função da exploração, acaba por se organizar politicamente. Através da organização é que ocorre a tomada de consciência da classe operária e a sua mobilização para a ação política.

Partindo do princípio de que a estrutura de uma sociedade é refletida na forma como os homens organizam a produção social de seus bens, essa produção, agrega dois fatores: as forças produtivas, que constituem as condições materiais de toda a produção, e as relações de produção, que são as formas pelas quais os homens se organizam para executar a atividade produtiva.

As maneiras como estas se constituem são chamadas de modo de produção. O estudo do modo de produção é fundamental para se compreender como se organiza e funciona uma sociedade. As relações de produção, nesse sentido, são consideradas as mais importantes relações sociais.

O materialismo histórico dialético foi a teoria do marxismo, segundo a qual o modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política e espiritual. Apresenta-se como uma metodologia de compreensão e análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas. Esta rejeita a existência de um princípio espiritual ligando toda a realidade à matéria e às suas modificações, e coloca-se como um enfoque metodológico para o estudo da sociedade, da economia e da história.

A análise materialista histórica inicia-se pelo princípio de que a produção e a troca de mercadorias são a base da ordem social existente em todas as sociedades desde o surgimento da propriedade privada. Nesse aspecto, a classificação destes produtos, agrupada com ela à divisão dos homens em classes sociais, é determinada pelo modo de produção e de troca de mercadorias.

Quanto à dialética, os elementos do esquema básico deste método são a tese, a antítese e a síntese.

A tese pode ser concebida como uma afirmação ou situação primeiramente produzida. A antítese é uma oposição à tese. Do conflito entre ambas, ou seja, entre a tese e a antítese surge a síntese, que se coloca como uma nova circunstância carregada

dos elementos que resultaram desta ação.

As relações sociais são inteiramente interligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens modificam o seu modo de produção, a maneira de ganhar a vida, modificam todas as relações sociais. O moinho a braço vos dará a sociedade com o suserano; o moinho a vapor, a sociedade com o capitalismo indústria (MARX, 1847, s/p).

O materialismo histórico dialético surge posteriormente a publicação do Manifesto Comunista de 1848, por Karl Marx e Friedrich Engels, entretanto a obra de Marx A miséria da Filosofia (1847) já descrevia seu início. Em outras obras de Marx e Engels, também se percebe a utilização desta mesma teoria, e ainda em outros autores, como Rosa Luxemburgo e Lênin.

Através do pensamento marxista-socialista expresso nos livros que foram publicados por Marx e Engels (em contraposição ao surgimento da sociedade capitalista-industrial do século XIX). Pode-se afirmar que o materialismo histórico dialético surgiu com a necessidade de um pensamento que visualizasse a realidade de modo desigual, sendo esta teoria oposta à concepção idealista da História.

Segundo a concepção marxista, não pode haver educação livre e universal enquanto houver classes sociais. A Educação pode se apresentar com disfarces sutis, mas a escola é um instrumento de dominação. É necessário ainda que se visualize a Educação como fator de mudança social.

*“Capitalismo, Uma História de Amor.”
Essa obra foi produzida pelo diretor
Michael Moore.*

NOTAS

2.1.4.1 *O neomarxismo*

A construção de uma nova teoria com viés marxista surge da união do marxismo com outras fontes de bases muito ecléticas. Este movimento surge no início do Século XX com o intuito de unir estas teorias, para entender o funcionamento da sociedade atual. Na educação, esta teoria apresenta abordagens riquíssimas. Gomes destaca:

O marxismo tem ensejado uma extensa gama de interpretações ortodoxas. Muitos autores combinaram a teoria marxista com outras fontes e construíram suas teorias nessas bases ecléticas. Em consequência, o campo da educação tem apresentado um sem número de contribuições divergentes. (GOMES, 1994, p.50).

Considerando a complexidade e a extensão das abordagens neomarxistas na educação, apresentamos o trabalho de alguns autores.

2.1.4.1.1 Louis Althusser

A teoria de Althusser é controversa. Ele é considerado como reprodutivista, porque não vê possibilidades de mudança social. Fato bem observado em sua obra *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Nascido na Argélia, foi para Paris estudar num momento em que foi convocado para lutar na Segunda Guerra. Aprisionado, passou cinco anos num campo de concentração alemão.

Depois da prisão, retornou à Universidade, aparecendo no cenário acadêmico em 1965 com a publicação de seu livro *A favor de Marx*, que criticava o dogmatismo marxista durante o período stalinista, resultado de anos de estudo de Marx, quando criticou a influência de Hegel nos intelectuais do ocidente.

A análise de Althusser se refere ao poder da ideologia nas instituições sociais, inclusive na escola, que, em sua opinião, é a instituição que substituiu a Igreja católica do período feudal na reprodução do pensamento no sistema capitalista.

Para Althusser, o que estava em jogo não era a casualidade expressiva, mas estrutural. Ele defendia o argumento de que o nível econômico ou a região de relações de produção é sempre determinante, em última instância. Contudo, fez ressalvas a seu próprio raciocínio, afirmando que, em certos modos de produção, outras regiões podem ser dominantes (LÓPEZ, 2009, p. 14).

Suas posturas reprodutivistas e a falta de perspectivas apontadas pelo autor na sociedade capitalista provocaram amplos debates no final da década de 1970.

Com forte base teórica, Althusser expôs sua teoria de forma a focalizar a educação dentro de uma visão global do capitalismo, pois buscava questionar como as condições de produção se reproduzem. Afirmava que toda formação social deve reproduzir as forças produtivas e as relações de produção existentes. O autor coloca que uma destas forças produtivas é o trabalho, sendo que este assegura suas condições de reprodução pelo salário e pela força de trabalho, porém para que esta ação ocorra adequadamente, é necessário que se utilize outro instrumento:

[...] a reprodução é assegurada pelos salários, mas além da reprodução física, a força de trabalho precisa ser competente. Para isto as escolas se constituem nos lugares onde os alunos aprendem conhecimentos

ALTHUSSER: A Escola como Aparelho Ideológico de Estado. Dos autores Luciano Lempek Linhares; Peri Mesquita; Laertes L. de Souza

e técnicas, bem como normas de comportamento. Estas normas são ensinadas conforme a classe social do aluno: se pertencente à classe dominante, a escola o ensinará a manipular a ideologia; se pertencente à classe dominada, ser-lhe-á ensinada a submissão à ideologia (GOMES, 1994, p.51).

Para Althusser, a educação é vista como instrumento de reprodução do pensamento do sistema capitalista, onde as pessoas são moldadas e manipuladas.

2.1.4.1.2 Pierre Bourdieu

Respeitado como um dos grandes sociólogos contemporâneos, foi autor de uma vasta obra nas Ciências Humanas. Bourdieu dirigiu revistas, publicou cerca de 40 livros e 400 artigos. Elaborou diversos conceitos que representam a realidade atual como o habitus, capital cultural, campo, violência simbólica, os quais possuem uma forte presença na produção sociológica atual.

Com Jean-Claude Passeron, outro sociólogo de origem francesa, Bourdieu publicou uma das obras obrigatórias sobre a educação, lançado no Brasil em 1975, denominado *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Nela, analisam as implicações do processo educativo na França, indicando como a educação tem um papel fundamental na reprodução da sociedade capitalista. Este posicionamento encontrado na obra, fez com que enganosamente se classificasse Bourdieu com um sociólogo reprodutivista.

É de autoria deste pesquisador a obra *A distinção*, publicada em 1979, eleita pela Associação Internacional de Sociologia como a sexta mais importante obra científica de Ciências Sociais do século XX.

Em sua vida pessoal, Bourdieu sempre esteve envolvido em movimentos sociais. Oriundo de uma família de classe média baixa do sudoeste da França, realizou seus estudos de Filosofia, mesmo tendo que interrompê-los para prestar o serviço militar na Argélia, onde iniciou sua carreira acadêmica, posteriormente desenvolvida na França, nos centros de pesquisa e auditórios, onde exibia suas reflexões sobre a sociedade.

O foco da Sociologia deste autor é mantido nas relações de poder na sociedade

NOTAS

moderna, apresentando que a “[...] dimensão simbólica de dominação contribui para a manutenção e intensificação das desigualdades sociais, mascarando as realidades sociais, econômicas e políticas subjacentes”. (SWARTZ, 2009, p. 54).

Descreve, investiga e debate as relações de poder que o simbolismo exerce na sociedade e como este conceito é agente fundamental na reprodução da cultura e da estrutura social.

Bourdieu inspirou seus estudos em Weber, apesar de usar em sua Sociologia elementos durkheimianos e marxistas. Esta utilização de diferentes correntes foi motivo do autor ter sofrido diversas críticas, pois o contexto social e histórico do período exigiam que os intelectuais seguissem certa coerência teórica, ou seja, que usassem como instrumento de explicação da realidade somente uma das linhas teóricas entre as três conhecidas.

“A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: Limites e Contribuições”.
Cláudio Marques Martins Nogueira e
Maria Alice Nogueira.

2.1.4.1.3 Antonio Gramsci

Foi um dos fundadores do Partido Comunista. Escreveu grande parte de sua obra na prisão, durante o regime italiano de Mussolini, sendo que o cárcere influenciou seus textos.

Um dos principais conceitos deste autor é a ideia do movimento entre a infra e a superestrutura. Ao contrário da ideia linear de Marx, sua visão era mais global, como afirma Gomes:

Para ele, a infraestrutura e a superestrutura formam um bloco histórico, de tal modo que o conjunto complexo e contraditório da superestrutura reflete o conjunto das relações sociais de produção [...] a infraestrutura e a superestrutura mantem uma dependência mutua entre forças materiais e ideologias. O poder da classe dominante exprime as relações econômicas vigentes, porém depende da difusão de certos valores. (GOMES, 1994, p. 56)

Para Gramsci, o Estado em regime liberal apresenta-se numa união dialética entre a sociedade civil e a sociedade política, sendo que esta última exerce dominação através da imposição de normas e imposição coercitiva, como a polícia,

as forças armadas e as prisões. A sociedade civil utiliza a ideologia e a cultura para a disseminação de ideias. Esta é a forma como uma classe consegue exercer o controle e o domínio sobre outras. Essas formas de dominação, as quais podem ser explicadas através da força e do consentimento, Gramsci conceitua de hegemonia (GRAMSCI, 1981).

Além do conceito de hegemonia, Gramsci pensou outros conceitos importantes, como sua própria interpretação de Estado, intelectuais orgânicos, intelectuais tradicionais, intelectual coletivo, intelectual transformador e contra hegemonia. Seu conceito de contra hegemonia trata especificadamente da questão educacional. Para ele a escola burguesa age de acordo com os interesses desta classe, nunca servindo à hegemonia proletária. Gramsci coloca que ao criar a contra-hegemonia fora das escolas do Estado se possibilitaria a formação dos intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1981).

Concebia a escola num conceito muito superior à mera escolarização, Para ele a escola deveria ser emancipatória, a base de uma educação política, além de ensinar os conteúdos e a instrução. Segundo Gomes:

Estabelecida a contra hegemonia, a instituição que convém à nova cultura é a escola única para todos. Esta escola unitária mantida pelo Estado daria uma educação comum até os 15-16 anos de idade, envolvendo todos os grupos sociais, conduzindo à abolição da divisão social do trabalho e à maior mobilidade ocupacional dos trabalhadores. Para facilitar o acesso à escola deveria haver uma rede de auxílios à infância e outras instituições (...) o sistema educacional incluiria ainda universidades e academias. As últimas teriam papel de grande relevância, pois devotariam a uma espécie de educação permanente para todos como elaborariam uma cultura nacional homogênea. (GOMES, 1994, p.59)

Para Gramsci a transformação da sociedade viria através da Educação.

IMPORTANTE:

- As principais correntes teóricas da Sociologia da Educação são o Positivismo, o Funcionalismo, a Fenomenologia e o Marxismo.
- Os autores destas correntes teóricas influenciaram o pensamento sociológico de autores do mundo todo.

Referências

- ANDRADE, Sergio Luiz Augusto de. PIVA, Teresa Cristina de Carvalho. "A Influência do Positivismo no Ensino Científico Brasileiro". s/d < <http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Sergio%20Luiz.pdf>> Acesso em: 02 abr. 2015.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. "Testos sobre Educação e Ensino". Campinas – SP: Navegando Publicações, 2011. <https://www.marxists.org/portugues/marx/anos/mes/ensino.pdf>> Acesso em: 02 abr. 2015.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. Fonte Digital, 1999. <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf> Acesso em: 20 Maio 2015.
- FRAGA, Vitor Galvão. "Os três tipos de dominação legítima de Max Weber". Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 18, n. 3791, 17 nov. 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/25863>>. Acesso em: 10 abr. 2015.
- GORENDER, Jacob. "Coerção e consenso na política". Estudos Avançados, s/d. p. 52-66. < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v2n3/v2n3a04>> Acesso em: 12 abr. 2015.
- LIEDKE FILHO, Enno D. "A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios". Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul/dez 2005, p. 376-437. <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n14/a14n14>> Acesso em: 05 abr. 2015.
- MESQUITA, Peri; SOUZA, Laertes L. de. ALTHUSSER: A Escola como Aparelho Ideológico de Estado. PUC. s/d. 1494-1507. <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-204-05.pdf>> Acesso em: 08 abr. 2015.
- NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice "A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: Limites e Contribuições". Educação & Sociedade, ano XXIII, no 78, Abril/2002 p. 15-36. Acesso em: 08 abr. 2015.
- PEREIRA, Alan Ricardo Duarte. "A Neutralidade Axiológica em Max Weber à Luz do Pensamento Histórico: Crítica e Convergência de um Debate". Anais do III Simpósio Nacional de História da UEG / Iporá – Goiás / Agosto/2013. <<file:///C:/Users/usuario/Downloads/2345-7037-1-PB.pdf>> Acesso em: 05 abr. 2015.
- PINHO, Maria Teresa Buonomo de. Ideologia, Educação e Emancipação Humana em Marx, Lukács e Mészáros. S/d < <http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/51T.pdf>> Acesso em: 06 abr. 2015.
- SABOIA, Beatriz. A Filosofia Gramsciana da Educação. Brasília, ano 9. n 45. jan mar 1990. <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/720/643> Acesso em: 06 abr. 2015.
- SILVA, Claudinei Aparecido de Freitas da, "Fenomenologia e educação: uma abertura recíproca". Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 59-64, jan./jul. 2011. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/viewFile/11506/11004> Acesso em: 11 abr. 2015.

SILVA, João Carlos da. "Utopia Positivista e Instrução Pública no Brasil". Campinas, n.16, p. 10 - 16, dez. 2004. <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/vis16/art2_16.pdf> Acesso em: 11 abr. 2015.

SOUSA, Ana Célia Furtado Orsano de; FONTELES, Marcelino de Oliveira Fonteles; SILVA, Oscarina Maria da. "Sociedade e Educação em Max Weber". S/d. <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.4/GT4_3_2002.pdf> Acesso em: 09 abr. 2015.

Vídeo: Marxismo e Educação, com o Prof. José Claudinei Lombardi. <https://www.youtube.com/watch?v=HgXwxCnPaFM> Acesso em: 09 abr. 2015.

Documentários, filmes, entrevistas e imagens

Entrevista: "Marxismo e Educação", Prof. José Claudinei Lombardi. <<https://www.youtube.com/watch?v=HgXwxCnPaFM>>

Filme: ANTONIO GRAMSCI os dias do cárcere. Lino Del Fra. 1977. <https://www.youtube.com/watch?v=7moXFL-OHaA> Acesso em: 04 abr. 2015.

Filme: "Antropologia". <https://www.youtube.com/watch?v=SQFvRd8OZzg> Acesso em: 03 abr. 2015.

Filme: "Elysium", Neill Blomkamp, 2013. <<https://www.youtube.com/watch?v=sr7BdrpOG2c>> Acesso em: 09 abr. 2015.

Filme: "Germinal" Claude Berri, 1993. <https://www.youtube.com/watch?v=XFsoLCnW-IM> . Acesso em: 06 abr. 2015.

Filme: "Os Miseráveis", diretor Billie August, 1998.

Filme: "Oliver Twist", diretor Roman Polanski, 2005. <<https://www.youtube.com/watch?v=NJ2DQFFj--o>> Acesso em: 06 abr. 2015.

Filme: "Capitalismo, Uma História de Amor. Michael Moore, 2009. Acesso em: 10 abr. 2015.

Vídeo: V – EBEM na Universidade Federal de Santa Catarina, "Educação, Formação Humana e Ontologia". Palestra do Professor Ivo Tonet da Universidade Federal de Alagoas/UFAL e do Professor Dermeval Saviani, da Universidade Estadual de Campinas/Unicamp. <<https://www.youtube.com/watch?v=AfaXdZctSos>> Acesso em: 02 abr. 2015.